

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Curso de Licenciatura em História



Trabalho de Conclusão de Curso

**A história dos negros nos livros didáticos de História: a (in)existência da
negritude durante o Brasil republicano**

Lucas de Souza Pedroso

Pelotas, 2021

**A história do negro nos livros didáticos de História: a (in)existência da
negritude durante o Brasil republicano**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Ciências Humanas da
Universidade Federal de Pelotas, como requisito
parcial à obtenção do título de Licenciado em
História.

Orientadora: Professora Doutora Lisiane Sias Manke

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

P372h Pedroso, Lucas de Souza

A história dos negros nos livros didáticos de história:
a(in)existência da negritude durante o Brasil republicano
/ Lucas de Souza Pedroso ; Lisiane Sias Manke,
orientadora.

— Pelotas, 2021.

64 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em
História) — Instituto de Ciências Humanas,
Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Negritude. 2. Livro didático. 3. Ensino de história. I.
Manke, Lisiane Sias, orient. II. Título.

CDD : 907

Lucas de Souza Pedroso

**A (In)existência da história do negro nos manuais escolares de História:
olhares da negritude durante o Brasil republicano**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 26/11/2021

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. ^a Lisiane Sias Manke (Orientadora)

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas

.....
Prof. Dr. ^o Jonas Moreira Vargas

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

.....

**Dedico este trabalho a minha mãe, avó e minha
parceira de vida, que me incentivaram a suas
maneiras a sempre continuar.**

Agradecimentos

Sou grato a minha mãe por sempre me incentivar a continuar estudando, mesmo que para isso tenha sido necessário fazer sacrifícios que sem dúvidas geraram bons resultados. Agradeço minha avó, por manter as esperanças intactas nos momentos difíceis, por suas preces e conversas que sempre me alegram. A minha parceira de vida agradeço por me escolher para compartilhar a estrada, em momentos bons e ruins, mantendo sempre em vista o presente e o futuro, apesar de todos enfrentamentos e dificuldades superamos juntos. Sou grato ao meu irmão por estar sempre disposto para conversas online durante as noites de insônia, me fazendo rir e me apoiando. Também pela segunda família que me adotou, com meus sogros acolhedores que sempre estiveram dispostos a ajudar no que fosse necessário. Sou grato pela Instituição pública e gratuita de ensino, junto dela os profissionais que a mantêm funcionando durante os dias letivos, desde o funcionamento dos restaurantes universitários, as Prós-Reitorias, bibliotecas, profissionais da limpeza, técnicos e técnicas. Ao departamento de História sou grato aos professores por instigarem a reflexão durante as aulas, que despertaram as dúvidas e questionamentos para que o processo de aprendizagem se efetuassem, também por conseguir participar dos laboratórios em projetos de extensão, pesquisa e ensino que fortaleceram o desenvolvimento do aprendizado. Aos amigos que fiz durante esses anos de curso, sou grato pelas discussões e companhia que proporcionaram, alguns seguem seus caminhos e outros ficam, obrigado a todos.

*Onde está seu fogo? Eu digo onde está seu fogo?
Você não sente o cheiro dele vindo do nosso passado?*

O fogo da vida... não o da morte

O fogo do amor... não o que mata

O fogo da negritude... não o da sombra da criminalidade

Onde está nosso lindo fogo que trouxe luz ao mundo?

O fogo das pirâmides; O fogo que queimou os cascos

dos navios negreiros e nos permitiu respirar;

O fogo que transformou tripas em comida;

O fogo que deu ritmo e criou o jazz [e o samba];

O fogo de protestos e marchas que nos fez ultrapassar limites

e barreiras; O fogo que pegou gírias das ruas e sons

e criou o rap espontâneo e verdadeiro.

Onde está o seu fogo, a tocha da vida

cheia de Nzinga e Nat Turner e Garvey

e Dubois e Fannie Lou Hamer e Martin

e Malcom e Mandela [Dandara e Zumbi dos Palmares e

Esperança Garcia e Luiz Gama e André Rebouças e Abdias

Nascimento e Lélia Gonzalez].

Peguem o seu fogo... Não o apague

Abracem o seu fogo... Não o apague

Aprendam o seu fogo... Não o apague

Sejam o fogo... Não o apague

Peguem o fogo e queimem com olhos

que vejam nossas almas:

ANDANDO.

CANTANDO.

CONSTRUINDO.

RINDO.

APRENDENDO.

AMANDO.

ENSINANDO.

SENDO.

Ei. Irmão, irmã aqui está minha mão.

Pegue o fogo... e viva. viva!

Catch the Fire

(SANCHEZ, Sonia. 1994)

Resumo

PEDROSO, Lucas de Souza. **A (In)existência da história do negro nos manuais escolares de História**: olhares da negritude durante o Brasil republicano. 2021. 63f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

O presente trabalho ocupa-se de compreender a presença e/ou ausência do sujeito negro nos livros didáticos de História dos anos 2000, dentro do tema destinado ao ensino de História do Brasil República. Dessa forma, busca investigar os indícios do conceito de negritude nas obras didáticas utilizando como referencial teórico o antropólogo Kabengele Munanga (2020), que estabelece relações da origem da negritude no processo de descolonização do continente africano, discorrendo sobre os processos que a compreensão de negritude percorre até chegar aos usos do conceito no mundo contemporâneo. Ainda, no que tange ao contexto brasileiro utiliza-se conceitos de raça do filósofo Silvio Almeida (2019), buscando articular as particularidades da sociedade brasileira, no sentido de averiguar os processos de silenciamento da negritude e da representação desta nas obras didáticas. E quanto a teoria e metodologia de análise no livro didático é utilizado como base as obras de Circe Bittencourt (1993), Alain Choppin (2002 e 2004) e Kazumi Munakata (1997) que ressaltam a complexidade intrínseca do livro didático enquanto uma fonte documental, os autores consideram a importância de investigar o livro didático conforme o contexto no qual foi produzido, por isso é crucial levar em conta os governos e regimentos educacionais vigentes no momento de publicação das obras. Dessa forma, a pesquisa aponta os impactos que a lei 10.639/03 teve na produção didática dos anos 2000, com poucas, mas importantes inclusão de sujeitos negros e/ou narrativas que valorizam a cultura produzida pela negritude brasileira que qualificam e dão profundidade no ensino de História.

Palavras-chave: Negritude; ensino de História; livro-didático.

Abstract

PEDROSO, Lucas de Souza. **The (In)existence of black history in History textbooks**: views of blackness during the republican Brazil. 2021. 63f. Course Completion Work (Undergraduate Degree in History) - Department of History, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2021.

This paper aims to analyze the presence of the black subject in the history textbooks of the 2000s, within the theme intended for the teaching of the History of the Brazilian Republic. Thus, it seeks to investigate the evidence of blackness in the textbooks using as theoretical reference the anthropologist Kabengele Munanga (2020) that establishes relationships of the origin of blackness in the decolonization process of the African continent, discussing the processes that blackness goes through until it reaches the uses of the concept in the contemporary world. Still, with regard to the Brazilian context, concepts of race by philosopher Silvio Almeida (2019) seeking to articulate the particularities of Brazilian society, in order to investigate the processes of silencing blackness and its representation in didactic works. Concerning for the theory and methodology of textbook analysis, the works of Circe Bittencourt (1993), Alain Choppin (2002 and 2004), and Kazumi Munakata (1997) are used as a basis, emphasizing the intrinsic complexity of the textbook as a documentary source. Thereby, the research points out the impacts that Law 10.639/03 had in the didactic production of the 2000s, with few but important inclusions of black subjects and/or narratives that value the culture produced by Brazilian blackness that qualify the depth of history teaching.

Keywords: Blackness; History teaching; textbook.

Lista de Figuras

Figura 1. Quadro dos capítulos selecionados da obra de Gilberto Cotrim, 2000.....	31
Figura 2. Fotografia de Guilherme Gaensly, colheita de café (1843-1928)	33
Figura 3. Engenho de mandioca de Modesto Brocos (1892).....	33
Figura 4. Quadro dos capítulos selecionados da obra de Nelson Piletti e Claudino Piletti, 2002.....	41
Figura 5. Quadro dos capítulos selecionados da obra de Gilberto Cotrim, 2006.....	48
Figura 6. “Nação brasileira” pintor baiano desconhecido, 1889.....	49
Figura 7. População negra do Morro da Babilônia no Rio de Janeiro, 1910.....	51
Figura 8. Quadro dos capítulos selecionados da obra de Nelson Piletti e Claudino Piletti, 2005.....	56
Figura 9. Grupo de camponeses pobres a guerra do Contestado.....	57

Sumário

Introdução.....	11
Capítulo 1 - Negritudes, raça e educação	15
Capítulo 2 – Livros didáticos de História: rumos da regulamentação e da luta social	24
Conclusão.....	61
Fontes	63
Referências.....	63

Introdução

O presente trabalho visa analisar os indícios do conceito de negritude nos livros didáticos de História dos anos 2000, com recorte dos capítulos que discutem o Brasil republicano (1889- atual). Para tal pesquisa seleciona-se quatro obras didáticas de dois autores diferentes, discute-se a formação e as transformações educacionais brasileiras, concomitante com os movimentos sociais negros que reivindicam direitos, ocupação de espaços e ressignificação do negro. Ainda, dialoga com os eventos e conceitos tal como negritude, pan-africanismo, coletivos negros que percebem e denunciam a estrutura colonialista e neocolonialista. Não apáticos a essa estrutura mobilizam-se em resistência nos diferentes locais, a fim de reivindicar seus direitos políticos e a sua autonomia. Nesse sentido a pesquisa tem como ponto central analisar como nos livros didáticos são construídas as narrativas históricas a partir da ótica racial, assim sendo, questiona-se onde são inseridos os sujeitos negros, as narrativas históricas incluem tais sujeitos? Ou o negro só tem participação histórica durante o período colonial e imperial, ou seja, no período escravocrata?

Busca-se analisar como são representados os negros(as), a partir da narrativa do livro didático que é composto por diversos elementos que compactuam para uma compreensão total da narrativa construída, tais como, as narrativas em texto, ilustrações, pinturas, fotografias, mapas, tabelas, legendas, atividades e glossários. Trata-se, portanto, de investigar evidências da presença e reconhecimento do sujeito negro ao longo dos processos históricos posteriores a abolição e proclamação da república. Na pesquisa são apresentados alguns questionamentos iniciais que almeja-se responder, em relação a como esses sujeitos são representados, de um lado para a hipótese do silenciamento de indivíduos negros(as) que são suprimidos de sua importância nas narrativas, do outro lado quando aparecem tais personagens qual é a maneira como são representados, há reconhecimento da figura do negro nas narrativas didáticas? Em algum momento os autores investigados mudam as suas posturas devidas as leis educacionais, sobretudo a lei 10.639/03? Desse modo, procura-se perceber por meio das seleções de livros didáticos como são concebidas tais narrativas e como refletem a sociedade e educação brasileira no momento em que foram publicados.

Para tecer tais análises são utilizados como fonte quatro livros didáticos de História destinados ao ensino fundamental, selecionados dentro do acervo do

Laboratório de Ensino de História da Universidade Federal de Pelotas. Justifica-se a escolha de tais obras devido ao período na qual foi implantada a lei 10.639/03 que prevê a obrigatoriedade da temática da História e Cultura Afro-Brasileira, portanto são selecionados dois livros publicados antes e dois publicados posterior a lei, de modo que possa se notar possíveis mudanças ou não na postura dos autores dos livros. Portanto, foram selecionados dois autores, a saber: Gilberto Cotrim e Nelson Piletti, e suas coleções *Saber Fazer História* e *História e Vida Integrada* respectivamente.

No que diz respeito a metodologia, primeiramente são selecionados os capítulos que retratam o período de Brasil República nos livros didáticos por meio do sumário. Em seguida o reconhecimento dos elementos que compõe cada capítulo a fim de notar como são abordados os processos históricos de que tratam. Assim, monta-se um quadro geral de análise para cada livro didático, para em seguida realizar a análise minuciosa sobre os indícios de negritude pautada pelos referenciais teóricos, são marcados e refletidos a partir dos autores relacionando as discussões de abordagem e/ou seus silenciamentos. Preocupa-se em analisar o livro didático enquanto uma fonte histórica que não deve ser retirada de seu contexto, a fim de trazer à tona as nuances do que a sociedade pensa enquanto ensino de História no momento de sua produção. O presente trabalho é um recorte que busca contribuir com os diálogos dentro do campo da pesquisa e ensino de História e história da educação.

As análises são feitas a partir dos conceitos de *negritudes* abordados pelo antropólogo Kabengele Munanga em sua obra – *Negritude: usos e sentidos* – na qual traz discussões sobre as condições históricas de seu surgimento, o processo pelo qual os negros africanos percorrem ao compreender a estrutura da sociedade colonial, para que dessa forma ressignificasse os usos políticos da negritude no continente africano e nas diásporas, dando início aos mais diversos movimentos sociais negros, no Brasil expressos com as mobilizações do Teatro experimental do Negro, Frente Negra brasileira, Movimento Negro Unificado, Coletivos de Mulheres Negras, dentre outros coletivos negros. Por outro lado, a pesquisa busca dialogar com o conceito de *raça* e *racismo estrutural* trazido pelo doutor em direito e filósofo Silvio Almeida, na qual destaca que discutir racismo estrutural também é refletir sobre política, educação e economia no país. Ainda, o autor explica que o conceito de *raça* não é um termo fixo, estático, seus sentidos estão atrelados as circunstâncias históricas e junto a *raça* sempre há uma estrutura cercada por conflito e poder. *Raça*, portanto, segundo o

autor é formulado a partir do século XVI, se transforma ao longo dos processos históricos, por exemplo, as teorias raciais impulsionadas pelo positivismo e chega até a atualidade enquanto uma tecnologia de poder utilizada para usos políticos, econômicos e sociais.

Por fim, para agregar a pesquisa utiliza-se de referência para abordagem teórica e metodológica ao tema de estudos de livros didáticos as pesquisas dos historiadores(as) Kazumi Munakata (1997), Alain Choppin (2002 e 2004) e Circe Bittencourt (1993) que demonstram a complexidade da fonte histórica que constituem os manuais didáticos e também alerta que sua análise não deve ser distante de seus usos reais ou supostos. Aponta o manual como dotado de múltiplas potencialidades e pode ser visto com diversas lentes: a do professor, do aluno, do pesquisador e do mercado editorial. É capaz de reproduzir um conjunto de valores, práticas culturais, saberes históricos e políticos de uma sociedade, para dessa forma imprimi-los no suporte a fim de incorpora-los à juventude, portanto, perpetua-se valores e saberes, mas também os estereótipos e preconceitos.

A organização estrutural dos capítulos da pesquisa se pauta no primeiro capítulo, em introduzir os diálogos sobre *negritude*, qual foi a origem do surgimento do conceito, as discussões que transformaram as definições de *negritude* e como as discussões entorno desse conceito se apresentam na atualidade. Segundo o autor Munanga (2020), o conceito possui três fases, a primeira foi um movimento de intelectuais negros africanos. A segunda fase, ocorre com as definições dos três objetivos da negritude, sobretudo o da afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros. Por fim, a terceira fase é pautada na luta pela emancipação ultrapassando os limites da literatura, a negritude enquanto movimento negro almeja ação política e independência, em suma “trata-se primeiro de proclamar a originalidade da organização sociocultural dos negros, para depois defender sua unidade através de uma política de contra aculturação, ou seja, desalienação autêntica.” (MUNANGA, 2020, p. 59). Ainda, no primeiro capítulo, outro diálogo será estabelecido que acompanha o conceito de *negritude*, é a definição de *raça* e as estruturas que a acompanham, sobretudo o *racismo moderno*, para incorpora-lo é utilizada a obra de Silvio Almeida (2019), que discute o que é a *raça* e o racismo na modernidade. A construção da *raça*, conforme ressalta o autor está atrelada como uma tecnologia de poder utilizado para a submissão e destruição de populações das Américas, África e Ásia (ALMEIDA, 2019).

Para concluir o primeiro capítulo é realizado um panorama geral dos conceitos utilizados de uma perspectiva afro-brasileira, bem como apontamentos do contexto educacional brasileiro e dessa forma encaminhar o segundo capítulo.

No capítulo dois preocupa-se em demonstrar quais foram as trajetórias percorridas nos regulamentos brasileiros para efetivar a disseminação do livro didático. A criação da Comissão Nacional do Livro Didático, a implementação da Lei de Diretrizes e Bases, os Parâmetros Curriculares Nacionais que contribuem para ampliação e aperfeiçoamento da Educação. Além disso, aborda a descrição das fontes, também as metodologias de análise do livro didático e os diálogos das obras com os conceitos citados anteriormente.

Capítulo 1 - Negritudes, raça e educação

Ao longo do século XX, diversos autores irão se mobilizar em construir o conceito de *negritude* em suas origens, de diferentes locais a partir das Américas, com provável origem nos Estados Unidos, percorre ao Haiti, segue para Europa e como salienta Munanga (2020), se cristaliza na França, em Paris, no *Quartier Latin*, local na qual as críticas a respeito do que a Europa fazia na África em nome da civilização cresciam. Ao redor das críticas e denúncias que traziam as produções literárias que articulam-se os pensadores negros africanos a refletir sobre a realidade que estavam inseridos, contudo, ao discutir sobre o que era a *negritude* há diferentes interpretações. As diferentes perspectivas ocupam espaços de discussões e mobilizam eventos, associações e revistas com publicações das revistas como a *Légitime Défense* em 1932, também a *Étudiant Noir* em 1934. Além de outras produções como o romance *Batouala* do martiniquês René Maran publicado em 1921, o livro *Ainsi parla l'onze* do etnógrafo, professor e diplomata Dr. Price-Mars do Haiti publicado em 1928. Ainda, eventos como o Primeiro Congresso dos Escritores e Artistas Negros em 1956 e Associação Africana de Cultura (MUNANGA, 2020). Todos esses fatores convergem para emancipação da supremacia colonizadora branca e formulação de uma consciência racial ou melhor, consciência negra, que deixa de assimilar valores culturais do colonizador e busca identidade por meio da ancestralidade e valorização das manifestações culturais africanas que ao longo dos processos históricos se transforma junto com a sociedade e se complexifica com dimensões particulares em cada civilização, dentro e fora da África.

O antropólogo Kabengele Munanga percorre distintos caminhos que evidenciam as potencialidades do conceito de *negritude*, começa explanando sobre a identidade coletiva ou individual do negro, importante conceito que foi esvaziado de sentido durante a colonização, para gerar o binômio do senhor-escravizado, um processo pautado na violência física e psicológica de inferiorização do indivíduo negro que perdura no Brasil pela instituição da escravidão por cerca de trezentos anos. Assim sendo, o conceito de *negritude* serve como um “instrumento de combate para garantir a todos o mesmo direito fundamental de desenvolvimento, a dignidade humana e o respeito das culturas do mundo” (MUNANGA, 2020, p. 20). O autor ressalta a tríade dos elementos essenciais para construção da identidade ou da personalidade coletiva, o fator psicológico, o linguístico e o histórico, destaca que num

caso ideal encontra-se os três componentes juntos, porém são casos raros. Sobre o fator psicológico reflete sobretudo o temperamento, capacidade de emoção do indivíduo negro, explicado por alguns racialistas que seu comportamento deriva de diferenças biológicas. Ao contrário, Munanga (2020), destaca que essas diferenças entre o temperamento do branco e do negro, se existentes, devem ser evidentes com base no condicionamento histórico. Em sequência, o componente linguístico advém da cultura que resistiu em terreiros religiosos, comunidades rurais negras que conservam expressões e o vocábulo de seus ancestrais, porém, vai além do conjunto de palavras e reflete-se em outras categorias que comunicam, como os estilos de cabelos, penteados, estilos musicais, transformados em marcas de identidade e resistência. Por fim, o fator histórico na medida que é visto como o mais importante, pois é capaz de gerar a consciência histórica pelo sentido de coesão que ela cria, serve como “cimento cultural que une os elementos diversos de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pelo conjunto de sua coletividade.” (MUNANGA, 2020, p.12). Esses componentes são a base para construção da identidade segundo Munanga, a partir dele o colonizador europeu “criou sua desestabilidade cultural, moral e psíquica, deixando-o sem raízes, para melhor dominá-lo e explora-lo” (MUNANGA, 2020, p. 39).

Dessa forma, foi constituída a colônia na África e nas diásporas, com base econômica no sistema escravagista e na destruição das identidades e culturas das populações negras-africanas e de seus descendentes. No Brasil esse sistema se estende do período colonial ao imperial, após cerca de trezentos anos de escravidão o negro foi marginalizado, sem reinserção eficiente por parte do Estado na sociedade brasileira, esse passado desumano deixa marcas até a atualidade, isso não significa que o indivíduo negro foi apático a esse processo. A educação é vista como um meio de inserção e mobilidade de classe do negro na sociedade, mas a escola durante a fase inicial da República não foi pensada para incluir o indivíduo negro, por isso os sujeitos negros se reuniram em coletivos, nessas mobilizações, de forma consciente ou não, a *negritude* esteve presente.

No que diz respeito a formulação do conceito de *negritude*, Munanga ao retratar as origens ressalta que surge de um contra movimento que se opõe a redução, humilhação e desumanização do negro durante todo o processo criado pela sociedade colonial. Segundo o autor tal redução visava a alienação e subordinação em todo lugar onde houve confronto de culturas, logo, uma relação de forças entre escravidão e

colonização, tanto no continente africano, quanto nas Américas. Desse modo, a negritude advém das populações negras que não foram totalmente alienadas ao colonizador, uma categoria de africanos pratica uma resistência passiva as inovações do colonizador ao manter práticas culturais, linguísticas e artísticas de geração a geração. Em vista disso, forma-se uma camada social que o autor denomina de elites pequeno-burguesas negras ou burguesia nativa, essa almeja um nível de vida semelhante à dos brancos, no entanto, não perdem o status de classe marginalizada. Nesse modelo de sociedade, por parte da burguesia nativa gera-se um sentimento de amargura e frustração aliado ao desejo de confrontar a marginalidade e busca pela sua identidade. Contudo, só é possível esse movimento ao passo que sai do plano individual e passa ao coletivo, conforme aponta Munanga ao citar Amílcar Cabral:

Quando o fenômeno de *volta as raízes* ultrapassa o indivíduo, para se expressar através de grupos ou movimentos, os fatores que condicionam a evolução político-econômica, dentro e fora do país, já atingiram o ponto em que a contradição se transforma em conflito (velado ou aberto), prelúdio do movimento de pré-independência, ou seja, da luta de libertação contra a dominação estrangeira. Assim, esse retorno só é historicamente consequente quando implica não apenas um engajamento real na luta pela independência, mas também uma identificação total e definitiva com as aspirações das massas; quando além de contestar a cultura do estrangeiro, confronta sobretudo a dominação em sua globalidade (1980 apud MUNANGA, 2020, p. 43).

Desse modo, o movimento de volta as raízes e, portanto, as origens da *negritude* surgem no contexto dessa pequena elite burguesa negra em contestar sua marginalidade e buscar uma identidade própria, “mas isso não constitui em si um ato de luta contra a dominação estrangeira colonialista e racista nem significa necessariamente um retorno as tradições. É a negação do dogma da supremacia colonizadora em relação a cultura do povo dominado” (MUNANGA, 2020, p. 43). No trecho apontado o autor se refere aos movimentos de pré-independência dos que viriam a se tornar países no continente africano, contudo é possível extrapolar essa fronteira e refletir esses conjuntos de valores no rompimento e valorização do negro na sociedade afro-brasileira, por exemplo, com a criação do Teatro Experimental do Negro, que visava afirmar à comunidade negra marginalizada, suas belezas e orgulho de sua cor, de ser negro firmados pela ancestralidade africana. No decorrer desse processo o negro busca romper a assimilação dos valores culturais do branco, pautada principalmente pelo processo de embranquecimento, obviamente, que o alcance não se estende diretamente as massas, num primeiro momento, e apenas

com o engajamento da massa seria possível uma efetivação da luta a fim de gerar a consciência racial, bem como independência total e definitiva, a *negritude* seria então o predecessor do *pan-africanismo*.

A primeira fase da *negritude* iniciada no fim do século XIX até meados de 1930 foi um movimento dos intelectuais negros que estudaram nas universidades das metrópoles, eles apropriam sobre temas literário e da política como formas de expressar e denunciar suas indignações com os abusos da metrópole com as colônias. Além disso, existe o rompimento com a política de assimilação cultural, de tal modo que os autores negros reivindicam abandonar as formas, expressões e inspirações colonizadoras, a fim de assumir que suas produções deveriam apresentar sua cor, sua raça e tonar-se porta voz do povo oprimido. Suas obras passam a adotar o estilo africano, que busca abandonar as máscaras brancas, por isso, a primeira fase é marcada pelo reaparecimento da memória e da dimensão histórica. A segunda fase, ocorrida pelo processo da primeira desencadeada ao longo da década de 30 é marcada pelas diferentes definições dos pensadores negros sobre o que era *negritude* resumidos em três objetivos fundamentada por diversos intelectuais negros, Munanga sintetiza os objetivos em:

buscar o desafio cultural do mundo negro (a identidade negra africana), protestar contra a ordem colonial, lutar pela emancipação de seus povos oprimidos e lançar o apelo de uma revisão das relações entre os povos para que se chegasse a uma civilização não universal como a extensão de uma regional imposta pela força – mas uma civilização do universal, encontro de todas as outras, concretas e particulares (MUNANGA, 2020, p. 50).

Dentre os objetivos sobretudo o da afirmação e a reabilitação da identidade cultural, da personalidade própria dos povos negros, participam uma variedade de disciplinas que colaboram a fim de buscar dignidade e autonomia, bem como afirmar o passado e os valores de suas culturas, como poetas, romancistas, etnólogos, filósofos, historiadores, entre outros intelectuais negros.

O intelectual e idealizador da palavra *negritude*, Aimé Césaire, entende que o conceito é o reconhecimento do fato de ser negro, aceitação de si, da sua história e da sua cultura, posteriormente ele redefine em três palavras identidade, fidelidade e solidariedade. A identidade se dispõe em assumir com orgulho o fato de ser negro, a palavra foi descarregada de tudo que o colonizador empregou sobre ela e transformada numa fonte de orgulho para o negro. A fidelidade está conectada a herança ancestral com a África e a solidariedade diz respeito ao sentimento que une os negros do mundo e dispõe-se em ajudar a preservar o que se tem em comum.

Por fim, a terceira fase, efetiva-se a sobretudo com o fim da segunda guerra, é pautada na luta pela emancipação ultrapassando os limites da literatura, a *negritude* enquanto movimento ideológico almeja ação política e independência, ao vislumbrar que as potências europeias diferente do que diziam não eram o auge da civilização que pregavam, possuíam suas diferenças e conflitos, por isso, mobiliza as elites intelectuais e as massas em prol da independência política, econômica e cultura, em suma “trata-se primeiro de proclamar a originalidade da organização sociocultural dos negros, para depois defender sua unidade através de uma política de contra aculturação, ou seja, desalienação autêntica.” (MUNANGA, 2020, p. 59).

É importante salientar que existem diferentes definições de *negritude*, contudo não pretende-se abordar todas as suas dimensões, pois não é esse o objetivo do trabalho. Ainda assim, é necessário ressaltar as diferentes perspectivas da *negritude*, por volta de 1930, no início das discussões entorno do recente conceito Leopold Senghor, poeta, escritor e posteriormente presidente do Senegal (1960-1980), atuante do movimento político-literário irá propor a *negritude* como busca pela identidade, porém, também se coloca a favor da *francofonia*, visto como parte de alianças ambíguas e armadilhas do neocolonialismo foi fortemente criticado por outros intelectuais, ainda, aponta que ao negro cabe a emoção e o branco a razão. Mais tarde, outros intelectuais negros e brancos criticam essa postura de Senghor em sua perspectiva mítica, como foi denominado, a noção mítica aponta a dimensão da retomada do passado africano anterior a colonização, o fenômeno citado anteriormente de *volta as raízes*, de revitalizar a realidade africana por meio de seu passado glorioso, contudo a interpretação desta é de que a médio e longo prazo desapareceria por manter o negro ainda à marginalidade, sem conseguir alcançar os sujeitos fora da esfera literária e intelectual, ou seja, para que se efetivasse o rompimento da ideia de inferioridade do negro perante o branco, dentre os críticos se encontram (1972), Frantz Fanon (1952), Cheikh Anta Diop (1979, 1981), Alfredo Margarido (1964), Jean-Paul Sartre (1960), Marcien Towa (1971) e René Mênil (1981).

A alternativa a noção mítica, conforme Munanga (2020), seria a ideológica que almeja a ação, uma *negritude* agressiva ao branco, encarada como uma resposta a imposição colonial e comum aos negros colonizados, está se aproximaria da teoria marxista. As críticas feitas a Senghor, por Marcien Towa seria de que:

A civilização do universal, tão sonhada por Senghor na última fase da *negritude*, não seria outra coisa senão uma civilização mestiça [...] Ora, se a mestiçagem biológica ignora a desigualdade, confirmada pelos especialistas

da genética humana, a mesma coisa não acontece no campo da miscigenação cultural, principalmente na situação colonial ou neocolonial, caracterizada por relações de forças desequilibradas [...] As teses de Senghor não são científicas, mas têm um objetivo político: justificar a dominação estrangeira e o neocolonialismo, que ele representou por muitos anos (MUNANGA, 2020, p.73-74).

As denúncias, portanto, seriam no sentido de que Senghor apesar de buscar uma ruptura com o ocidente branco, se aliou a política neocolonial e que sua civilização universal não seria diferente da assimilação, idealizada por meio da mestiçagem de uma civilização universal. Contudo, foi crucial a iniciativa do debate entorno do termo *negritude*, enquanto conceito e movimento ideológico e René Mênil reconhece que a negritude teve:

fundamento histórico enquanto resposta ao racismo branco baseado na colonização. Ao menos primariamente teve certa eficácia, pois contribuiu para o reagrupamento da diáspora negra e a reorganização da base de resistência à opressão colonial. Mas a *negritude* não foi capaz de romper definitivamente com o racismo branco, que é uma mitologia elaborada para justificar a opressão colonial (MUNANGA, 2020, p. 74).

Nesse sentido, Silvio Almeida aponta o *racismo* como parte da estrutura na sociedade brasileira, salienta que ao discutir sobre *racismo* é falar de subalternidade de um lado e privilégios de outro. Ser branco não é cor da pele, ser branco é ter privilégios são coisas distintas, esse conjunto faz parte de disputas políticas (ALMEIDA, 2019). Da mesma forma Munanga defende que “os negros não foram colonizados porque são negros; ao contrário, na tomada de suas terras e na expropriação de sua força de trabalho, com vista à expansão colonial, é que se tornaram pretos” (MUNANGA, 2020, p. 76). A partir desses diálogos com *negritude*, *raça* e *racismo* que atentamos para as questões do negro brasileiro.

No Brasil os debates entorno da *negritude*, possuem grandes impactos refletidos nos movimentos negros, exemplo disso é a criação o Teatro Experimental do Negro (1944-1961), no Rio de Janeiro por iniciativa do intelectual Abdias Nascimento, com a intenção de resgatar

os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra (NASCIMENTO, 2004, p. 210).

O ator, escritor, poeta e professor universitário Abdias Nascimento, junto do coletivo negro, mobiliza a população negra brasileira e afirma por meio da arte e da cultura o orgulho de ser negro, estabelecendo espaços para diálogos com a política. Da mesma forma constitui-se o partido político da Frente Negra Brasileira (FNB), no

período de 1931-1937 pelos negros paulistas, a fim de fornecer acesso à educação e cultura à população negra pela alfabetização e cursos profissionalizantes, além da veiculação de mídias como rádio e jornal com informativos da FNB para população negra, o que demonstra o descaso por parte do Estado em atender essas demandas. Por outro lado, os negros que tiveram ascensão de classe ainda permaneciam sem acessos a cultura vista como erudita e branca, não conseguiam funções profissionais de gerencia ou direção, uma alternativa nesse sentido foram as criações de clubes negros, que almejavam primeiramente fornecer espaços esportivos, mas à medida que os discursos raciais adentram no território brasileiro são utilizados para afirmação do orgulho negro. Em Pelotas no Rio Grande do Sul, tais clubes terão início ainda no período do Império, mas a partir da República se transforma a fim de suprir as necessidades desportivas, culturais e educacionais como aponta Loner e Gill (2009):

Na República, esta rede associativa se diversificou e multiplicou, visando a preencher todas as necessidades de sociabilidade e cultura da comunidade, havendo associações variadas entre eles [...] Esses grupos funcionavam como liderança de classe e de raça para os negros, e são deles as principais ações no sentido da melhoria das suas condições de vida, como por exemplo, através da promoção de cursos de primeiras letras para associados e seus filhos (imprescindíveis num momento em que muitas crianças negras eram praticamente proibidas de frequentar a escola ou humilhadas em sala de aula, quando aceitas) (LONER; GILL. 2009, p. 148).

Portanto, é inegável a resistência do sujeito negro ao longo dos processos históricos desde a colonização com os quilombos, fugas, boicotes as plantações, até as mobilizações dos coletivos negros durante a república e lutas contra a estrutura política brasileira que buscam a todo momento marginalizar o negro e negar acesso a espaços, cargos profissionais, educação, moradia e questões básicas. Atualmente questões sociais complexas ainda marginalizam a maior parte dos negros em favelas, sem saneamento básico, o encarceramento em massa, perseguições de manifestações culturais e religiosas e a força estatal violenta que geram mortes e perseguições das populações negras. Por outro lado, entende-se que a luta coletiva angariou conquistas, dentre elas estão: a lei 1.390/51 que proibi a discriminação racial, a lei 7.716/89 que tipifica como crime imprescritível e inafiançável o racismo, a lei 12.711/12 que determina a lei de cotas para universidades públicas para população negra, além da lei 12.990/14 que destina parte das vagas de concursos para população negra e não menos importante a 10.639/03 que aponta diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática da cultura e História afro-brasileira.

Pensar os processos históricos educacionais com foco na *negritude* é perceber os esforços dos poderes públicos em manter a lógica da estrutura colonial intacta. As pesquisas dos estudiosos da temática ponderam essas afirmações (ALMEIDA; SANCHES, 2016.), o acesso à escola pública pela população negra percorreu um caminho cheio de pedras que foram colocadas e buracos que foram cavados, entretanto, com elas pavimentaram um caminho de resistências.

Os clubes negros, como citados anteriormente almejavam construir espaços para ensinamentos das primeiras letras, outrora para cursos que profissionalizavam e davam oportunidades profissionais a população negra, contudo ocorriam de formas fragmentadas por muitas das vezes não possuir os recursos necessários para manter funcionando em tempo integral. Esse panorama começa a se modificar na medida que as Conferências Nacionais de Educação se debruçam sobre uma educação tecnicista, almejada sobretudo a partir de mobilização da educação para o trabalho, como salienta Almeida e Sanches (2016)

O ensino profissionalizante paulista, cujas escolas foram criadas a partir do Decreto 7.556, de 1909, tinha o objetivo de formação de um mercado interno de mão de obra qualificada por meio da instrução dos filhos de trabalhadores. Por isso, possibilitou a escolarização de alguns negros, cujo sucesso no caminho intelectual foi importante bandeira de resistência e base para as reivindicações sociais dos grupos negros, tornando-se capazes de difundir suas ideias e de visibiliza-se politicamente por meio de demonstrações públicas de conscientização, protesto, união e integração social (ALMEIDA; SANCHES, 2016, p. 239).

A partir de então, a escola aos poucos possibilita a inserção da população negra. Contudo, nesse momento a escola tem um caráter de manter a ordem e formar um cidadão padronizado, ordeiro e disciplinado com foco para o trabalho. Nesse momento da educação brasileira que o autor Silvio Almeida (2019), aponta a escola como um aparelho estatal embrionário e crucial para a manutenção do racismo enquanto estrutura política, a raça seria a relação da história com a política e essa relação é pautada pelo conflito constante, por isso existe a necessidade de incluir o negro na escola básica para que se adeque enquanto um cidadão padronizado e disciplinado. Somente no fim do Estado Novo que os movimentos sociais conseguem retomar as mobilizações e as reivindicações vão no sentido de ampliar a educação com a inserção dos negros no ensino superior, exemplo disso será a instituição negra União dos Homens de Cor, fundado em 1943 em Porto Alegre. A entidade atuava para “reivindicações de que, enquanto o ensino público não fosse gratuito, os estudantes negros fossem admitidos nos estabelecimentos de ensino superior, inclusive militares,

como pensionistas do Estado” (DOMINGUES, 2007 apud ALMEIDA; SANCHES. 2016, p. 241). Esses movimentos alternados serão comuns em todo período republicano, mobilizações sociais em busca de direitos, em seguida baixas mobilizações devido ao momento político, foi assim durante o Estado Novo. Com o fim desse período ditatorial aumentam as mobilizações, até início da ditadura civil-militar que diminui novamente e retoma as mobilizações na década de 1980. A partir desse período que de forma mais incisiva são postas em pauta as leis, conquistas citadas anteriormente.

A partir dos fatos históricos e conceitos apresentados, busca-se investigar nos livros didáticos a presença e/ou ausência do sujeito negro, nas narrativas sobre a História do Brasil República. A busca por indícios do uso, ou não, do conceito de negritude nestas narrativas pode colaborar para que se compreenda as estruturas raciais da sociedade brasileira.

Capítulo 2 – Livros didáticos de História: rumos da regulamentação e da luta social

A história do livro didático no Brasil perpassa a construção da educação e do ensino de História, quando se deixa de importar compêndios escolares e passa a produzir a História, não sem herança. A História ensinada no Colégio Dom Pedro II em meados de 1838, era importada dos compêndios franceses e traduzida para ser ensinada no Brasil. Ainda em 1838, a preocupação com a história nacional é contemplada pela iniciativa da criação do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB). Nesse momento professores do colégio D. Pedro II, também vinculados ao IHGB que não possuíam formação pedagógica, mas eram médicos, advogados, jornalistas, entre outros passam a construir materiais didáticos a partir de suas experiências preocupados em construir uma narrativa para a história nacional (NADAI,1992-93). Contudo, somente a partir de 1930 que se consolida a produção dos livros didáticos no Brasil, a reforma Francisco Campos auxilia para elaboração de uma unidade nacional e devido à crise de 1929 a importação de livros didáticos se torna inviável, sendo necessário políticas preocupadas em desenvolver compêndios didáticos nacionais durante o governo de Getúlio Vargas.

Ao passo que a produção de material didático estava ocorrendo, tornava-se necessário parâmetros para definir seus conteúdos, nesse sentido é criado a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) em 1938, a fim de analisar e controlar o que era produzido no país. É importante ressaltar que o desenvolvimento dos conteúdos destinados aos livros está intrínseco ao momento na qual foi produzido, durante o Estado Novo existia uma perspectiva de conteúdo programático, bem como durante a ditadura civil-militar terão outras abordagens. É durante a ditadura civil-militar, por exemplo, que será instituída a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (1964-1969), este órgão resulta de acordos entre o Ministério da Educação e Cultura com o governo estadunidense e impacta no ensino de História que será realizado naquele momento, tal órgão passa a decidir os conteúdos inseridos no livro didático (VOGT; BRUM. 2016).

A distribuição em massa e gratuita do material didático para educação básica ocorre a partir de 1985, com a criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Contudo, durante os anos 80 e 90 ocorre a efervescência do período de redemocratização nacional, depois do período turbulento da ditadura e a nova

Constituição de 1988 que os pensadores da educação, como Darcy Ribeiro, junto a diversas mobilizações das associações¹ voltada a discutir a educação apontam a necessidade de uma avaliação sistemática do livro didático, assim sendo, é criado um grupo pelo MEC responsável em avaliar a qualidade dos livros didáticos produzidos pelas editoras brasileiras, porém, somente a partir de 1996 que os livros distribuídos pelo PNLD passam por essa avaliação sistemática (VOGT; BRUM. 2016). A partir dessa ótica o livro didático amplia uma dimensão já existente que é a mercadológica e por isso é visto como uma mercadoria que pode sofrer influências das tendências do mercado editorial, ou seja:

Como produto mercadológico, o livro didático sofre também a influência do mercado editorial, que como demonstram pesquisas recentes, tem um papel preponderante no resultado final do livro. (...) O livro didático pode ser analisado sob a perspectiva mercadológica, uma vez que representa, desde algum tempo, um importante ramo para as editoras e hoje, indubitavelmente, a atividade mais rentável do setor editorial brasileiro, cujo maior comprador é o Estado (SALLES, André Mendes. 2011 apud VOGT; BRUM. 2016, p. 55).

Ainda, diante dos avanços das regulações voltada a educação, como resultado é criado em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, responsável por alinhar as propostas de currículos escolares, bem como criar avaliações nacionais. Em seguida em 1997 também são criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), no sentido de normalizar algumas diretrizes fundamentais de cada disciplina escolar, servindo de norteadores para indicar o que deveria ser incluído da cultura e da memória brasileira. A criação dos PCNs contemplou uma preocupação de inclusão da diversidade cultural no currículo de História, sem perder de vista a adaptação das peculiaridades regionais.

Assim, observa-se a partir desse panorama geral, que os regimentos educacionais estão atrelados aos momentos políticos e sociais, pelos quais a sociedade brasileira percorre em sua História, portanto, o que é definido pelo Estado estabelece o que deve e o que não deve ser ensinado na educação, mesmo que a prática ocorra não sem resistência e subversão, por vezes. Percebe-se que somente a partir dos anos 90 há espaço para inclusão das minorias nos currículos, após um período repressivo na história brasileira, são retomadas e discutidas pautas

¹ ANPEd - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação fundada em 1977; CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade fundada em 1978 e formalizada em 1979; CPPB - Confederação dos Professores Primários do Brasil criada em 1960; CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação transformou-se em Confederação dos Professores do Brasil em 1989; ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior criada em 1981.

defendidas por grupos minoritários e marginais, entre eles as pautas dos movimentos negros que conseguem ocupar espaços e reivindicar pautas que são defendidas, pelo menos, desde o início do século XX.

No início do século XXI que se observa uma ação efetiva em forma de obrigação legal, quando a lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003, altera o conteúdo da LDB ao considerar os seguintes termos:

Art. 26 - Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003).

Como visto, apenas nos anos 2000 surge oficialmente pelos regimentos educacionais a obrigatoriedade do ensino da história do negro nas escolas, a partir da valorização de sua negritude. Para esse sentido são voltadas as análises realizadas nos livros didáticos desta pesquisa, que objetiva perceber, a partir da seleção dois de autores e livros dos anos 2000, indícios do impacto, ou não, desta lei, no que se refere a valorização da história do indivíduo negro.

Ainda, deve-se considerar que no ensino básico o livro didático se encontra bastante presente e por meio de seus elementos, propostas culturais e pedagógicas, possui grande poder de penetração na realidade escolar, podendo contribuir para reforçar estereótipos ou contribuir para o regaste da autoestima e pensamento crítico de crianças e jovens, que se encontram em estado de marginalização, por vezes, em uma escola que privilegia padrões e abordagens eurocêntricas.

A definição do período republicano como recorte de análise dos livros didáticos se dá pelo fato do sujeito negro, tanto em sua coletividade quanto no plano individual, ser mencionado normalmente nos livros apenas durante o período colonial e imperial, especialmente no que se refere a escravidão. Enquanto que as abordagens que contemplem os sujeitos negros desaparecem durante a república, tal premissa é apontada na investigação de obras dos anos 80, pela pesquisa de Olgário Vogt e Melina Brum, que destacam:

Uma questão que se percebe com nitidez é que os livros didáticos mencionados retratam os negros apenas até a abolição da escravatura, encerrando aí a sua presença nos manuais didáticos. É como se, após a

abolição, o negro não existisse para a história. É como se, uma vez liberto, o negro passasse a ser visto e aceito sem preconceitos e como cidadão na sociedade brasileira (VOGT; BRUM. 2016, p. 63).

Desse modo, a análise se ocupa em averiguar se ocorre de fato a inclusão de narrativas dos sujeitos negros nos livros didáticos selecionados dos anos 2000, sobretudo devido a legitimação do que rege a lei 10.639/03. Para analisar as obras didáticas são levadas em consideração todos os aspectos que constituem um texto didático: texto base, títulos, subtítulos, figuras, mapas, gráficos, tabelas, boxes, legendas e propostas de atividades. Todos os elementos ressaltados compõem o livro didático e corrobora para a construção da narrativa, expõe as ideias principais dos conteúdos abordados. Nesse sentido, ao analisar a obra verifica-se primeiramente o sumário, títulos e subtítulos, são selecionados aqueles que retratam o Brasil republicano, ponto de análise da pesquisa a fim de realizar as primeiras impressões da obra, posteriormente analisa-se as minúcias expostas em cada capítulo, a fim de perceber os indícios das negritudes nas obras.

O historiador Gilberto Cotrim é reconhecido notadamente pelo seu trabalho nas produções de livros didáticos, sendo referência na área. Cotrim é Bacharel e Licenciado em História pela Universidade de São Paulo (USP), Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie, Advogado pela OAB/SP e foi presidente da Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos - ABRALE. A coleção *Saber e Fazer História* da editora Saraiva é contemplada pelo guia do PNLND no ano de 2002, 2005 e 2008. A coleção é composta por quatro volumes destinados as séries finais do ensino fundamental, nota-se que o período de publicação da obra contempla o ensino fundamental dividido em séries e não em ciclos. Porém, o volume quatro é o analisado, pois dá conta da História do Brasil a partir da república, destinado a 8ª série do fundamental.

O autor Nelson Piletti é Doutor e Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo, também possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Integrada de Guarulhos, Jornalismo pela Universidade de São Paulo e Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul. Enquanto que o Co-autor Claudino Piletti é Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e possui graduação em Filosofia e Pedagogia, é professor de História e Filosofia da Educação da Faculdade Paulista de Educação e Comunicação. A coleção *História e Vida Integrada* é composta também por quatro volumes, um para cada série final do ensino fundamental, ainda a coleção é

contemplada no guia do PNLD do ano de 2002 e 2005. O volume analisado da coleção é destinado a 8^o série que aborda assuntos do Brasil a partir da República.

2.1 História do Brasil nos livros didáticos: investigação das narrativas (in)existentes

O primeiro livro verificado é *História Geral e do Brasil: Mundo contemporâneo e Brasil república*, da coleção *Saber e fazer História* de Gilberto Cotrim, da Editora Saraiva, 1^a ed., de 2000. A obra de Cotrim (2000) é organizada num total de 16 capítulos, sendo selecionados oito capítulos que se encontram dentro do recorte estabelecido para análise. A estrutura da obra é organizada de forma cronológica e linear, ou seja, é estabelecido uma ordem cronológica dos fatos históricos, porém, cada capítulo intercala entre História do Brasil e História Geral. No sumário da obra é indicado o título do capítulo e seus subtítulos, sempre finalizando com uma proposta de atividade denominado pelo autor como *Oficina de História*, que contempla questões dos assuntos abordados de forma dissertativa e/ou objetiva. Para fins de quantificar o conteúdo analisado na obra, construiu-se um quadro geral, composto pelos capítulos selecionados para a análise. Neste quadro constam os títulos, subtítulos informados no sumário, e subtítulos que aparecem no corpo do texto, ainda, apresenta-se a porcentagem estipulada do todo da obra para cada capítulo, por exemplo, a obra possui 222 páginas, 4,5% do espaço da obra são destinadas ao capítulo um e assim sucessivamente conforme o quadro abaixo (figura 1).

COTRIM, Gilberto. Saber e fazer história. 8ª série. São Paulo: Saraiva, 1ª Ed. 2000.				
Capítulos	Título	Subtítulos no sumário	Subtítulos no corpo do texto	Espaço ocupado na obra (%)
Capítulo 1	Brasil: consolidação da República	Governo provisório	Governo provisório: As mudanças institucionais	4,5%
		As mudanças institucionais	Encilhamento: a especulação financeira	
			A primeira Constituição da República	
			Governo Deodoro (1891)	
			Governo Floriano (1891-1894)	
		Oficina de História	A Segunda Revolta da Armada	
		Oficina de História	A Revolução Federalista	
Capítulo 4	Brasil: República Velha	República Velha	República Velha: A influência política dos grandes fazendeiros	6,8%
		A influência política dos grandes fazendeiros	Coronelismo	
			Política de favores	
			Voto de cabresto	
			Política dos Governadores	
			Política do café-com-leite	
			Café: líder das exportações	
			O convênio de Taubaté	
			Indústria e Movimento operário	
		Lutas operárias		
Oficina de História	Greve de 1917 e organizações operárias			
Capítulo 5	Brasil: Revoltas na República Velha	Messianismo	Messianismo: religiosidade e revolta social	5,8%
		Religiosidade e revolta social	Revolta de canudos (1893-1897)	
			A destruição de Canudos	
			A guerra do Contestado (1912-1916)	
			Cangaço: revolta e violência no Nordeste	
			Revolta da vacina	
			Revolta da chibata	
			Tenentismo	
			Revolta do forte de copacabana (1922)	
		Revoltas de 1924		
Oficina de História	A coluna Prestes			

Capítulo 9	Brasil: Período Getulista	Nova fase	Nova fase: a desestruturação da "República Velha"	8,5%
		A desestruturação da "República Velha"	O movimento Rebelde de 1930	
			Período Getulista	
			Governo provisório	
			A revolta constitucionalista (1932)	
		Período getulista	Governo Constitucional	
			O integralismo	
			O aliancismo	
			A intentona Comunista (1935)	
		Vargas governa por 15 anos	Governo ditatorial (1937-1945)	
			Movimento cultural	
			Estado Novo e Segunda Guerra Mundial	
Política econômica				
Oficina de História	Trabalhismo e populismo			
	Fim do Estado Novo			
Capítulo 10	Brasil: Período Democrático	Constituição de 1946	A Constituição de 1946: A democracia representativa	8,1%
		A democracia representativa	Governo Dutra (1946-1950)	
			A volta de Vargas (1951-1954)	
			O nacionalismo	
			O trabalhismo	
			Crise política	
			Governo Juscelino (1956-1961)	
			Desenvolvimento econômico e democracia	
			Anos dourados: a era do rádio	
			Governo Jânio Quadros (1961)	
			O estilo de Jânio	
		Crise para a posse de Goulart		
Oficina de História	Governo João Goulart (1961-1964)			

Capítulo 15	Brasil: Regime militar	Golpe de 1964	Golpe de 1964: militares no poder	6,7%
		Os militares no poder	Governo Castelo Branco (1964- 1967)	
			Governo Costa e Silva (1967- 1969)	
			O AI-5 e o aumento da repressão	
			O governo da Junta Militar	
			Governo Médici (1969-1974)	
			Governo Geisel (1974-1979)	
			As obras faraônicas	
			Governo Figueiredo (1979- 1985)	
			Balço socioeconômico	
			Alimentação	
			Comunicações	
			Concentração de renda	
			Educação	
Energia				
Questão fundiária				
Oficina de História	Transportes			
Capítulo 16	Brasil Contemporâneo	Fim do regime militar	Fim do regime militar: A pressão popular pela democracia	6,3%
		A pressão popular pela democracia	Governo José Sarney (1985- 1990)	
			O plano cruzado	
			Governo Collor (1990-1992)	
			Governo Itamar Franco (1992- 1994)	
			Governo Fernando Henrique	
		Estabilização econômica		
Oficina de História	O <i>apartheid</i> social no Brasil			
Total				47%

Figura 1. Quadro dos capítulos selecionados da obra de Gilberto Cotrim, 2000.

Fonte: Autor, 2021.

Dessa forma, o quadro contempla na primeira coluna o número do capítulo, na segunda e terceira coluna constam o título e os subtítulos exposto no sumário da obra, em seguida na terceira coluna apresenta-se os subtítulos apresentados ao longo do texto principal da obra, porém não colocados no sumário, a partir deles é possível averiguar de forma mais pontual os assuntos abordados. Por fim, a última coluna dá conta de representar em porcentagem a ocupação dos espaços destinados para cada capítulo e assunto, somados na última linha e mostrando a quantidade da obra que foi investigada. Nesse sentido, o conteúdo de análise corresponde a 47% do total da obra e respectivamente a porcentagem destinada a cada capítulo aponta qual

conteúdo é mais ou menos proeminente destacado, sendo o capítulo nove, com título de “Brasil: Período getulista”, o que mais possui espaço reservado para construção das narrativas de 8,5%, enquanto que o capítulo um “Brasil: consolidação da república” ocupa apenas 4,5%.

Observa-se na construção da narrativa a preocupação em pautar os acontecimentos políticos da história brasileira, centrado em figuras políticas influentes, havendo poucos espaços para discussão sobre os aspectos sociais ou culturais nestas abordagens. A exemplo do que ocorre no capítulo quatro, como em todos os capítulos da obra, este inicia com uma imagem, nesse caso a fotografia de Guilherme Gaensly, chamada de colheita de café, ver figura 2, com trabalhadores brancos colhendo café, enquanto no texto é construída a narrativa entorno dos coronéis, nesse sentido apresenta outra imagem na qual são retratados os líderes políticos do Ceará, também todos brancos, está se relaciona com a discussão do texto. Em seguida, no trecho estipulado para explicar as políticas de favores, possui uma pintura denominada “Engenho de mandioca”, ver a figura 3, de Modesto Brocos y Gomes representando os trabalhadores descascando mandioca num engenho em situação diferente da figura da colheita de café, todos negros, na maioria mulheres negras. Contudo, o texto não se preocupa em relacionar a imagem dos trabalhadores da colheita, nem os do engenho de mandioca, não existe a relação de nenhuma das imagens com o texto. A não relação da imagem com o texto, ocorre mais de uma vez ao longo da obra. A partir desse trecho é possível notar a ausência em explicar o contexto social, quem seriam os grupos que compõe a sociedade brasileira naquele período, mas sim os eventos e figuras políticas proeminentes.



Figura 2. Fotografia de Guilherme Gaensly, colheita de café (1843-1928)
Fonte: Livro didático Saber e Fazer História, Cotrim (2000), p. 39.



Figura 3. Engenho de mandioca de Modesto Brocos (1892).
Fonte: Livro didático Saber e Fazer História, Cotrim (2000), p. 42.

No capítulo cinco, a imagem que inicia o conteúdo é a fotografia de Flávio de Barros “Mulheres, crianças e velhos no arraial de Canudos”, ilustra um aglomerado de pessoas vestindo panos sobre as cabeças, todas negras, passando a impressão de indivíduos que vivem na miséria. Logo em seguida, o texto dialoga com a fundação de comunidades comandadas por sertanejos, tais comunidades viveriam na miséria e estariam associadas ao messianismo por centrar em líderes religiosos, caso da Revolta de Canudos, mais adiante também ao Contestado. Outro momento, na qual aparece figuras negras é na fotografia dos “Jagunços da Guerra do Contestado” do acervo de Orty de Magalhães Machado, na qual estão em pose para foto doze jagunços todos homens armados e ao menos sete deles negros, a narrativa os associa aos sertanejos que participam no conflito do Contestado. Mais uma vez, a preocupação do texto principal é em estabelecer quem era o líder, figura política centralizadora dos movimentos enquanto que ao falar dos sujeitos apontam eles enquanto “trabalhadores famintos” que buscavam sair da influência política dos coronéis, não preocupa-se em estabelecer quem eram tais sujeitos.

Enquanto que a narrativa principal do corpo do texto preocupa-se em pautar as figuras políticas, os blocos textuais incluem outros textos de terceiros, alguns deles historiadores(as) como Boris Fausto e Margarida de Souza Neves, neles abordam de modo breve quem eram os sujeitos que compunham a sociedade brasileira, de modo breve e curto, ao retratar quem são utilizam a terminologia para definir o grupo como trabalhadores não levando em considerações outros termos. O que demonstra a tendência da obra em pautar-se por uma história vista a partir da lente de trabalhador e empregador e/ou explorado e explorador.

São raras as narrativas que retratam a negritude na obra ou as questões raciais de modo explícito, uma única figura negra é salientada e ganha uma página completa da obra, é a de João Candido ao retratar a Revolta da Chibata no capítulo cinco. A narrativa principal relata o acontecimento da revolta, porém não explica que a composição da maioria dos marinheiros de baixo escalão eram compostos por negros e mestiços. Há um destaque no canto superior esquerdo da página, em um quadro, para a imagem de dois marinheiros negros, um deles sendo o João Cândido, lendo o decreto de anistia, a outra imagem é o retrato do “Almirante Negro”, junto com um trecho da música “O mestre-sala dos mares”, de Aldir Blanc e João Bosco. A música mostra de modo explícito quem eram os marinheiros: “Rubras cascatas jorravam das costas dos negros entre cantos e chibatas, inundando o coração do pessoal do porão

que a exemplo do marinheiro, gritava: não!" (COTRIM, 2000, p.62). Nesse trecho apontado pelo autor, apresenta de maneira implícita parte da situação do negro no Brasil em meados de 1910, vivendo como marinheiros e trabalhadores braçais, sofrendo castigos físicos, ganhando baixa remuneração. João Cândido é a figura destacada no texto, que se revolta junto de outros contra aquela repressão que sofriam, mesmo com o fim da escravidão e durante o período republicano, contudo, a narrativa do texto não deixa evidente que os castigos físicos sofridos eram destinados a soldados marinheiros em sua maioria negros e mestiços. Pode-se considerar nesta abordagem que expressa resistência, indícios da negritude, mas não da negritude que exalta a liberdade e autonomia dos sujeitos negros e sim sua mobilização diante da situação imposta, por estarem fartos de sobreviver aos resquícios recentes de uma sociedade escravagista. Contudo, não é uma reflexão explorada na construção da narrativa pelo autor. No decorrer dos outros capítulos não há nenhuma menção a negritude, quando destaca o social engloba-se sempre na ótica de trabalhadores explorados, sem distinguir quem são tais trabalhadores.

Ao longo do capítulo 16 o autor continua a mesma tendência de narrar os acontecimentos políticos e econômicos brasileiros, dirigindo de governo a governo e seus planos políticos e econômicos. Porém, não discorre sobre a população, suas ressalvas estão na apresentação de imagens desconexas com o texto, como é o caso de uma imagem apresentada da Favela da Rocinha tirada em 1991, presente no capítulo, mas em momento algum aborda durante o texto, ou seja, se coloca apenas como ilustração. Mais adiante aponta para o que chama de *apartheid* social no Brasil, com indicativo da desigualdade a partir de uma tabela de ricos e pobres na América Latina. Apesar de indicar o que o autor denomina de *apartheid* social no Brasil em momento algum discorre sobre a questão racial, sendo o momento de centralizar em discussões condicionantes da exclusão social, o destaque para as favelas, questões básicas de saúde, desigualdades econômicas e sociais, mas o autor não explora tais assuntos, o que reforça as ausências sociais e a ideia das posições que os indivíduos ocupam na sociedade, na qual o sujeito branco tem o papel de conduzir e atuar na política estatal enquanto que o sujeito negro sequer aparece e são absorvidos em grupos de trabalhadores ou aparece pontualmente na Revolta da Chibata representado na figura de João Cândido, ou seja, há mais silenciamentos do que presença da negritude na obra.

O segundo livro analisado é *História & vida integrada*, de Nelson Piletti e Claudino Piletti, da Editora Ática, São Paulo, destinado para alunos da 8ª série, de 2002. A obra de Piletti (2002) é organizada num total de 21 capítulos e possui 240 páginas, sendo selecionados nove capítulos para análise. A estrutura da obra é organizada de forma cronológica e linear intercalando entre História do Brasil e geral. No sumário da obra é indicado os capítulos, títulos e subtítulos, a partir do qual foi criado o quadro conforme a figura 5, nos mesmos moldes do quadro anterior:

PILLETI, Nelson; PILLETI, Claudino. História & vida integrada . São Paulo: Ática, 2002.				
Capítulos	Título	Subtítulos no sumário	Subtítulos no corpo do texto	Espaço ocupado na obra (%)
Capítulo 3	No Brasil, a Primeira República	O poder dos coronéis	O poder dos coronéis	5,5%
		Os presidentes da Primeira República	Os presidentes da Primeira República	
		Revoltas sociais	Revoltas sociais	
			A Revolta da Vacina	
			A revolta da Chibata	
			O Contestado	
		Uma sociedade diversificada	Uma sociedade diversificada	
			A indústria ganha força	
			O movimento operário	
		Os movimentos tenentistas	Os movimentos tenentistas	
			A Coluna Prestes	
		Atividades	A história em debate: discutindo o capítulo	
			Oficina da História	
Nosso mundo hoje				
Fazendo a síntese: bandidos sociais				

Capítulo 6	A Era Vargas	A Revolução de 30	A Revolução de 30	4,7%
		A oposição paulista	A oposição paulista	
		Vargas continua no poder	Vargas continua no poder	
		Comunistas e integralistas	Comunistas e integralistas	
		O Estado Novo	O Estado Novo	
			A Constituição do Estado Novo	
			A centralização econômica	
		Atividades	A história em debate: discutindo o capítulo	
			Oficina da História	
			Nosso mundo hoje	
Fazendo a síntese: malandros x trabalhadores				
Capítulo 8	Brasil: 1945-1964	O fim do Estado Novo	O fim do Estado Novo	4,7%
		O ministro da Guerra do Estado Novo torna-se presidente	O ministro da Guerra do Estado Novo torna-se presidente	
		A Constituição de 1946	A Constituição de 1946	
		A volta de Getúlio ao poder	A volta de Getúlio ao poder	
			O fim da Era Vargas	
		O governo de Juscelino Kubitschek	O governo de Juscelino Kubitschek	
		O governo de Jânio Quadros	O governo de Jânio Quadros	
		O governo de João Goulart	O governo de João Goulart	
		Atividades	A história em debate: discutindo o capítulo	
			Oficina da história	
Nosso mundo hoje				
Fazendo a síntese: aspectos da cultura brasileira na década de 1950				

Capítulo 12	Brasil: 1964-1985	Castelo Branco, o primeiro presidente militar	O golpe de 1964	5,1%
			Castelo Branco, o primeiro presidente militar	
			Medidas ditatoriais	
			Novos atos institucionais aumentam os poderes do presidente	
			Mudanças na Constituição	
		Os militares colocam fim à liberdade	Os militares colocam fim à liberdade	
			O governo militar fecha o Congresso	
		O aumento da repressão (1969-1974)	O aumento da repressão (1969-1974)	
			Prisões, torturas, assassinatos	
			Censura, "milagre econômico" e propaganda	
		O início da abertura política	O início da abertura política	
			Mortes no II Exército	
			O "pacote de Abril"	
		O último presidente militar (1979-1985)	O último presidente militar (1979-1985)	
			A campanha pela anistia	
			Reforma partidária e eleições com restrições	
		Atividades	A história em debate: discutindo o capítulo	
			Oficina da História	
			Nosso mundo hoje	
			Fazendo a síntese: pequena memória para um tempo sem memória (A legião dos esquecidos)	

Capítulo 13	A democratização política do Brasil	Após 21 anos de governos militares, o presidente volta a ser um civil	Após 21 anos de governos militares, o presidente volta a ser um civil	5,9%
			A campanha das diretas para presidente	
		Governo Sarney: muitos planos e poucos resultados	Governo Sarney: muitos planos e poucos resultados	
		A Constituição de 1988	A Constituição de 1988	
		O governo Collor	O governo Collor	
			Mudanças na equipe econômica	
		"Fora, Collor"	"Fora, Collor"	
			O processo contra Collor	
		Itamar e o Plano Real	Itamar e o Plano Real	
		Novas eleições presidenciais	Novas eleições presidenciais	
		O governo de Fernando Henrique Cardoso	O governo de Fernando Henrique Cardoso	
			Reformas e privatizações	
			A reeleição	
			Crise política e crise financeira	
			Um projeto não concluído	
		Participação democrática, o caminho da mudança	Participação democrática, o caminho da mudança	
		Atividades	A história em debate: discutindo o capítulo	
Oficina da História				
Nosso mundo hoje				
Fazendo a síntese: Para se defender				

Capítulo 18	Brasil: trabalho e riqueza	Na agricultura, a prioridade é a exportação	Na agricultura, a prioridade é a exportação	5,5%
		De quem é a terra?	De quem é a terra?	
		Posseiros x grileiros: uma guerra sem fim	Posseiros x grileiros: uma guerra sem fim	
		A luta pela terra	A luta pela terra	
		A indústria no Brasil	A indústria no Brasil	
			A presença do capital estrangeiro	
		Desemprego e desigualdade	Desemprego e desigualdade	
		O movimento operário	O movimento operário	
			De 1945 a 1964	
			Depois de 1964	
		Condições de vida	Condições de vida	
			Onde moram os brasileiros?	
		A situação das crianças	A situação das crianças	
		Atividades	A história em debate: discutindo o capítulo	
Oficina da História				
Nosso mundo hoje: uma metamorfose política				
Fazendo a síntese: A alma da fome é política				
Capítulo 19	O Brasil e suas relações comerciais com o exterior	O comércio aproxima o Brasil dos outros países	O comércio aproxima o Brasil dos outros países	2,9%
			O Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC)	
		Mercosul	Mercosul	
		O Brasil tenta seguir a tendência econômica mundial	O Brasil tenta seguir a tendência econômica mundial	
			As privatizações	
		Atividades	A história em debate: discutindo o capítulo	
			Oficina da História	
			Nosso mundo hoje: o prejuízo brasileiro	
Fazendo a síntese: Globalização				

Capítulo 20	Pluralidade cultural no Brasil	As festas do Brasil	As festas do Brasil	5,1%
		Folguedos	Folguedos	
		Feiras	Feiras	
		Música	Música	
			Música folclórica e erudita	
			Choro e samba	
			Bossa nova	
			Música de protesto	
			Jovem Guarda	
			Os festivais	
			O Tropicalismo	
			Os ritmos dos anos 1990	
			Literatura	
		Romantismo		
		Realismo		
		Pré-Modernismo		
		Modernismo		
		Poesia		
		Literatura de cordel		
		Teatro	Teatro	
		Pintura	Pintura	
		Arquitetura	Arquitetura	
		Cinema	Cinema	
Televisão	Televisão			
Atividades	A história em debate: discutindo o capítulo			
	Oficina da história			
	Nosso mundo hoje: Círio de Nossa Senhora de Nazaré			
	Fazendo a síntese: Festa e folclore			
Total			39%	

Figura 4. Quadro dos capítulos selecionados da obra de Nelson Piletti e Claudino Piletti, 2002. Fonte: Autor, 2021.

O livro contém o total de 240 páginas e o conteúdo analisado na obra é equivalente a 39%, sendo o capítulo com mais proeminência o capítulo 13 com 5,9% de espaço ocupado, enquanto o de menor proeminência em quantidade é o capítulo 19 com 2,9%. A obra no geral possui a construção diferente de Cotrim (2000), porém, revela em sua narrativa atuar dentro da mesma perspectiva de se preocupar em pautar assuntos políticos e econômicos majoritariamente, em detrimentos de pouco

espaço destinado para discussões nos campos sociais e culturais quando se retrata sobre o estudo da História do Brasil, centrado nas figuras políticas de cada governo, ou líderes de grupos influentes ao seu redor. Quanto as pautas destinadas as evidências da negritude quando aparecem, são de modo implícito na narrativa ou em blocos separados do conteúdo principal.

No capítulo três da obra, a negritude é manifestada novamente no relato da revolta da chibata, diferente da obra de Cotrim (2000), o autor opta por uma narrativa da trajetória de João Candido, de sua participação na revolta da chibata até sua morte em 1969, ressaltando seus feitos perante a repressão sofrida pela marinha. Outro momento na qual surge os indícios da negritude é no capítulo seis, no qual aborda a “Era Vargas”, não aparece no conteúdo principal, mas ao final do capítulo no bloco destinado as atividades, no quadro “textos e contextos” é incentivado aos alunos realizar a síntese de um texto que aborda como o governo de Vargas utilizou, a partir da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), modificações nas letras do samba para propagar os ideais de um bom trabalhador por meio do rádio, em detrimento das letras que eram vistas como de malandros. Contudo, o texto procura ressaltar a origem do samba, com base nas camadas populares negras e visto pelo resto da sociedade brasileira com desconfiança, mas devido a ampliação da classe operária e os constantes movimentos de greve, fica implícito quem compõe em parte essa classe. Portanto, o texto ressalta sambas que antes denunciavam o trabalho pesado e exploratório para riqueza do patrão, estes chamados de samba de malandro se transformam por influência do governo em letras que declaram como deve portar-se um bom trabalhador, de qualquer modo aparece de maneira pouco explícita a manifestação das populações negras no texto por meio da música que participava e influenciava a sociedade brasileira naquele momento, mas apresenta uma abordagem que não aparece na obra do Cotrim (2000).

Ademais questões raciais ou de reconhecimento da negritude não aparece além do que as citadas em ambas as obras, a preocupação, legítima, das obras estão em apontar os acontecimentos dos processos políticos e econômicos, os avanços e retrocessos desses campos na história do país. O sujeito negro não aparece diretamente na narrativa do livro didático quando se trata do plano social, cultural, político ou econômico, assim, é desassociado de sua negritude e absorvido em outras categorias no viés de jagunços, operários, trabalhadores, miseráveis, favelados e malandros, enfim, na marginalização da sociedade e a narrativa didática privilegia

aspectos políticos e econômicos amplos e centrais em detrimento da mão de obra marginal, que produz nas suas jornadas de trabalho na indústria ou no campo, mas também gera produtos culturais não reconhecidos, na forma de manifestações culturais da música popular, como o samba, o rap, estilos estéticos, a espiritualidade do axé e a poesia produtos fruto das resistências nas ruas, que são atos políticos em si, não considerados ao construir a narrativa. Tal perspectiva está prevista diante de obras que foram produzidas antes da lei 10.639/03, porém, diante disso pretende-se averiguar a situação de tais autores nas obras que seguem nos anos posteriores.

A terceira obra a ser analisada é *História geral e do Brasil: Mundo contemporâneo e Brasil República*, da coleção *Saber e fazer História*, destinada a 8ª série, do autor Gilberto Cotrim, editora Saraiva, de 2006. A obra possui um total de 224 páginas, com o total de 15 capítulos sendo selecionados para análise oito capítulos, conforme a figura 6 exemplifica:

COTRIM, Gilberto. Saber e fazer história . 8ª série. São Paulo: Saraiva, 4ª Ed. rev. 2006.				
Capítulos	Título	Subtítulos no sumário	Subtítulos no corpo do texto	Espaço ocupado na obra (%)
Capítulo 1	Brasil: consolidação da República	República - Atores e conflitos	República: atores e conflitos	4,9%
			República liberal	
			República positivista	
			República jacobina	
		Governo provisório - as mudanças institucionais	Governo Provisório: As mudanças institucionais	
			Encilhamento: a especulação financeiro	
			A primeira Constituição da república	
		Governos militares Deodoro e Floriano (1891-1894)	Governos militares: Deodoro e Floriano (1891-1894)	
			Segunda Revolta da Armada	
		Oficina de História	A Revolução Federalista	

Capítulo 4	Brasil: Primeira República	Primeira República - A influência política dos grandes fazendeiros	A primeira república: A influência política dos grandes fazendeiros	6,2%
			Situação eleitoral	
			Coronelismo: a política de favores e o voto de cabresto	
			Voto de cabresto	
			Política dos governadores: A busca do entrosamento entre o Governo Federal e os Estados	
			Política do café-com-leite	
		O poder do café - líder das exportações	O poder do café: Líder das exportações Convênio de Taubaté	
		Imigração - mudanças culturais no país	Imigração: Mudanças culturais no país	
		Indústria - crescimento do movimento operário	Indústria: Crescimento do movimento operário	
			Lutas operárias	
			A presença do anarquismo	
		Oficina de História	Greve de 1917 e organizações operárias	

Capítulo 5	Brasil: Revoltas na Primeira República	Messianismo - Religiosidades e revolta social	Messianismo: Religiosidade e revolta social	6,7%
			Revolta de Canudos (1893-1897)	
			A destruição de Canudos	
			Guerra do Contestado	
		Cangaço - revolta e violência no Nordeste	Cangaço: Revolta e violência no Nordeste	
		Revoltas no Rio de Janeiro - diferentes mobilizações na capital da república	Revoltas no Rio de Janeiro: Diferentes mobilizações na capital da república	
			Revolta da vacina	
			Revolta da Chibata	
			Tenentismo	
			Revolta do Forte de Copacabana (1922)	
			Revoltas de 1924	
		Oficina de História	A Coluna Prestes	
Capítulo 9	Brasil: Período Getulista	Crise do café - agonia da Primeira República	Crise do café: Agonia da Primeira República	8,4%
			O movimento rebelde de 1930	
		Período getulista - Vargas governa por 15 anos	Período Getulista: Vargas governa por 15 anos	
			Governo Provisório	
			A Revolução Constitucionalista (1932)	
			Governo Constitucional	
			Os integralistas	
			Os aliancistas	
			A Intentona Comunista (1935)	
			Governo ditatorial (1937-1945)	
		Movimento Cultural		

Capítulo 9	Brasil: Período Getulista	Período getulista - Vargas governa por 15 anos	Constitucional	8,4%
			Os integralistas	
			Os aliancistas	
			A Intentona Comunista (1935)	
			Governo ditatorial (1937-1945)	
			Movimento Cultural	
			Estado Novo e segunda guerra mundial	
			Política econômica	
			Trabalhismo e populismo	
		Oficina de História	Fim do Estado Novo	
Capítulo 10	Brasil: Período democrático	A democracia representativa - uma constituição e eleições	A democracia representativa: Uma nova Constituição e eleições	7,1%
			Governo Dutra (1946-1950)	
			A volta de Vargas (1951-1954)	
			O nacionalismo	
			O trabalhismo	
			Crise política	
			Governo Juscelino (1956-1961)	
			Desenvolvimento econômico e democracia	
			Anos dourados: a era do rádio	
			Governo Jânio Quadros (1961)	
			O estilo de Jânio	
			Crise para a posse de Goulart	
		Oficina de História	Governo João Goulart (1961-1964)	

Capítulo 14	Regime militar no Brasil	Militares no poder - fim do período democrático	Militares no poder: O fim do período democrático	7,5%
			Governo Castelo Branco (1964-1967)	
			Governo Costa e Silva (1967-1969)	
			O AI-5 e o aumento da repressão	
			Governos Médici (1969-1974): os "anos de chumbo"	
			Perseguição e tortura	
			O "milagre brasileiro"	
			A lenta abertura: os governos Geisel e Figueiredo	
			A "abertura política"	
		Balanço socioeconômico - Avanço tecnológico e problemas sociais	Balanço socioeconômico: avanço tecnológico e problemas sociais	
			Comunicações	
			Energia	
			Transportes	
			Alimentação	
			Questão fundiária	
		Oficina de História	Educação	
			Concentração de renda	

Capítulo 15	Brasil contemporâneo	Fim do regime militar - a pressão popular pela democracia	Fim do regime militar: a pressão popular pela democracia	5,3%
			Governo José Sarney (1985-1990)	
			O plano Cruzado	
			A Constituição federal (1988)	
			Constituição e cidadania	
			Governo Collor (1990 1992)	
			Impeachment de Collor	
			Governo Itamar Franco (1992-1994)	
			Governo Fernando Henrique (1995- 2002)	
		Reeleição presidencial		
	Oficina de História	Governo Lula (2003-)		
Total				46,1%

Figura 5. Quadro dos capítulos selecionados da obra de Gilberto Cotrim, 2006.
Fonte: autor, 2021.

De acordo com o quadro é selecionado para análise cerca de 46% da obra, sendo que o capítulo mais proeminente em quantidade de páginas é o capítulo nove “Brasil: Período getulista” com 8,4% e o capítulo menos proeminente o capítulo um com 4,9%. Ao comparar com a obra do mesmo autor do ano 2000, percebe-se que manteve-se o mesmo padrão nos capítulos no que diz respeito as porcentagens para cada capítulos, na sequência se examina se o mesmo ocorre na construção da narrativa.

Algumas alterações são propostas na obra de Cotrim (2006), a começar pelas indicações dos subtítulos observados na figura 6, nota-se que existe uma reordenação dos títulos e subtítulos, o início de cada capítulo apresentava uma imagem acompanhada com seu nome, ano e autor responsável, agora porém aparece junto também um pequeno resumo do capítulo apresentando conceitos relacionado ao assunto. No capítulo um, “Brasil: consolidação da república” é apresentado uma

pintura de um autor baiano desconhecido, de 1889, uma imagem reutilizada da edição anterior, na qual é representado o marechal Deodoro com a alegoria da nação diante dos líderes políticos, todos homens brancos, no primeiro plano. Enquanto no canto direito inferior da imagem, há duas figuras negras, uma feminina com vestes brancas, e outra masculina, elas não estão no plano central da pintura e reforça o lugar subalterno dos negros na sociedade republicana, ver figura 7.



Figura 6. “Nação brasileira” pintor baiano desconhecido, 1889.
Fonte: Livro didático Saber e Fazer História, Cotrim (2006), p. 9.

Para além da abertura dos capítulos, ainda no capítulo um, existem outras mudanças na construção da narrativa, o autor adiciona um parágrafo para denominar quem eram os grupos sociais responsáveis pela instauração da república. É incluído a obra de José Murilo de Carvalho (1987) que agora passa a contribuir para a narrativa do livro didático, dessa forma, além de apresentar a primeira Constituição da República também salienta o contexto social daquele período, quem eram os cidadãos com direito a voto e quais grupos estavam à margem da sociedade naquele momento, já que o governo excluía as camadas populares, estas passam a se concentrar “nos bairros, nas associações, nas igrejas, nas festas religiosas, nas rodas de capoeira etc.” E continua:

Foi o futebol, o samba e o carnaval que deram ao Rio de Janeiro uma comunidade de sentimentos, por cima e além das grandes diferenças sociais que sobreviveram e ainda sobrevivem. Negros livres, ex-escravos, imigrantes, proletários e classe média encontraram aos poucos um terreno

comum de auto-reconhecimento que não lhes era propiciado pela política (COTRIM, 2006, p. 16).

Percebe-se a mudança do discurso comparada a obra de 2000, nesses primeiros parágrafos, indicando a mudança na postura do autor que preocupa-se em construir uma narrativa incluindo questões que na obra anterior ficava vago, como a composição social e cultural do Brasil. Além disso, são incluídos novos elementos ao longo da obra, como o bloco intitulado “pensando e conferindo”, com propostas de reflexões de certos trechos da narrativa, ou ainda, uma imagem ou elemento gráfico discutido no corpo do texto.

Alguns elementos se repetem com a obra anterior do autor, a figura mencionada na análise primeira obra de Cotrim, denominada “Engenho de mandioca” pintura de 1892 de Modesto Brocos y Gomes, aparece novamente, porém, agora com uma legenda explicativa sobre a imagem, porém ainda continua desconectada com a narrativa principal. A legenda diz o seguinte: “Péssimas condições de vida e trabalho das populações do campo, “herdadas” dos tempos coloniais e do Império, eram ainda comuns durante a Primeira República”.

Antes não se tinha menção aos trabalhadores negros nas narrativas, agora aparecem em pequenos parágrafos, poucos, mas significativos. Como no trecho sobre a industrialização no país, abordado no capítulo quatro, para apontar que eles também compunham junto com os imigrantes a mão de obra do país, salienta:

[...] Em São Paulo havia também um grande número de negros ex-escravos e imigrantes que viviam do trabalho na agricultura. Esse trabalho era remunerado por meio de salários ou, no caso de alguns imigrantes, pelo sistema de colonato ou de parceria. Muitos desses trabalhadores deixaram o campo e foram buscar nas cidades novas oportunidades de vida. Grande parte deles acabou constituindo mão de obra para o setor industrial (COTRIM, 2006, p. 52).

Agora devido a essa construção os operários que saem do campo e vão para a área urbana que está se industrializando, os operários que fazem greve não são agora um grupo generalizado. Complementa ao fim da narrativa deste trecho com um bloco intitulado “pensando e conferindo”, incentivando os alunos a refletirem sobre qual é a origem da maioria dos operários.

No capítulo cinco o autor explica os acontecimentos da revolta da vacina e inclui uma imagem da população negra do Morro da Babilônia no Rio de Janeiro de 1910, porém, repete-se o modelo de ausência da relação da imagem com o texto, dessa forma fica sem sentido, desconectada do texto, ver figura 8



Figura 7. População negra do Morro da Babilônia no Rio de Janeiro, 1910.
Fonte: Livro didático Saber e Fazer História, Cotrim (2006), p. 64.

Ainda no capítulo cinco, no trecho referente a revolta da chibata o personagem central continua sendo João Cândido, no mesmo formato da obra anterior, apenas com a adição de um bloco demonstrando parte da carta que reivindica os pedidos dos marinheiros contra a chibata.

Apesar de algumas mudanças ocorrerem ao longo da obra, muito das figuras e das narrativas são mantidas comparado a anterior de 2000, as diferenças são nas inclusões de alguns parágrafos relacionando o tema da política central com algumas seleções do plano social. Dessa forma, apesar de existir mudanças, essas deixam transparecer que não foram intencionalmente pensadas, mas colocadas pela obrigatoriedade. De modo geral foram adicionados entorno de um ou dois, parágrafos nos capítulos, na tentativa de contextualizar o campo social em cada capítulo.

A quarta obra a ser analisada é *História e vida integrada* de Nelson e Claudino Piletti, destinado a 8ª série, pela editora Ática de São Paulo, de 2005. A obra possui o total de 24 capítulos com 288 de páginas, sendo selecionados 12 capítulos para serem

analisados dentro do recorte estipulado. Possui a estrutura de organização das narrativas cronológica e linear dos fatos, o capítulo mais proeminente é o capítulo 22 – Brasil: Terra e trabalho, enquanto que os menos proeminentes, são: capítulo 4 - A cultura na primeira república com 3,1%; capítulo 10 – Brasil: a cultura entre os anos 1930-1960, com 3,1%; e capítulo 21 – Brasil: A cultura dos anos 1960 aos dias atuais, com 3,1%. Conforme ordenado no quadro da figura 9:

PILLETI, Nelson; PILLETI, Claudino. História & vida integrada . São Paulo: Ática, 2005.				
Capítulos	Título	Subtítulos no sumário	Subtítulos no corpo do texto	Espaço ocupado na obra (%)
Capítulo 3	No Brasil, a primeira república	O poder dos coronéis	O poder dos coronéis	4,8%
		Os presidentes da Primeira República	Os presidentes da Primeira República	
		Revoltas sociais	Revoltas sociais	
			A Revolta da vacina	
			A revolta da chibata	
			O Contestado	
		Uma sociedade diversificada	Uma sociedade diversificada	
			A indústria ganha força	
		Os movimentos tenentistas	O movimento operário	
			Os movimentos tenentistas	
		Atividades	A coluna Prestes	
			Discutindo o capítulo	
Oficina da História				
Fazendo a síntese				
			Textos e contextos: O coronelismo	
Capítulo 4	A Cultura na primeira República	Período de mudanças	Período de mudanças	3,1%
		Artes plásticas	Artes plásticas	
		Buscando novos caminhos	Buscando novos caminhos	
		A Semana de Arte Moderna	A Semana de Arte Moderna	
		A literatura	A literatura	
		A música	A música	
		O cinema	O cinema	
		Os meios de comunicação	Os meios de comunicação	
		O país do futebol	O país do futebol	
		Atividades	Discutindo o capítulo	
			Oficina da História	
			Fazendo a síntese	
Textos e contextos: Os fascinantes anos 1920				

Capítulo 7	A Era Vargas	A Revolução de 1930	A Revolução de 1930	4,5%
		Vargas no poder	Vargas no poder	
		A oposição paulista	A oposição paulista	
		A Constituição de 1934	A Constituição de 1934	
		Comunistas e integralistas	Comunistas e integralistas	
		O golpe de 1937	O golpe de 1937	
		A Constituição do Estado Novo	A Constituição do Estado Novo	
		A centralização econômica	A centralização econômica	
		Atividades	Discutindo o capítulo Oficina da História Fazendo a síntese Textos e contextos: a política de boa vizinhança	
Capítulo 9	Brasil: 1945-1964	O fim do Estado Novo	O fim do Estado Novo	4,8%
		O governo Dutra	O governo Dutra	
		A Constituição de 1946	A Constituição de 1946	
		A volta de Vargas	A volta de Vargas O fim da Era Vargas	
		O governo de Juscelino Kubitschek	O governo de Juscelino Kubitschek As multinacionais	
		O governo de Jânio Quadros	O governo de Jânio Quadros	
		O governo de João Goulart	O governo de João Goulart	
		Atividades	Discutindo o capítulo Oficina da História Nosso mundo hoje: Petróleo brasileiro: produção e desastres Fazendo a síntese Textos e contextos: Jango no poder	
		Capítulo 10	Brasil: a cultura entre os anos 1930-1960	
Literatura	Literatura			
Teatro	Teatro			
Artes plásticas	Artes plásticas			
Aquitetura	Aquitetura			
Cinema	Cinema			
Televisão	Televisão			
Música	Música			
Atividades	Discutindo o capítulo Oficina da História Fazendo a síntese Texto e contextos: As grandes mudanças			

Capítulo 14	Brasil: a ditadura militar	O golpe de 1964	O golpe de 1964	4,8%
		O governo de Castelo Branco	O governo de Castelo Branco	
			Medidas ditatoriais	
			Novos atos institucionais aumentam os poderes do presidente	
			Mudanças na Constituição	
		Costa e Silva e o fim da liberdade	Costa e Silva e o fim da liberdade	
			O governo militar fecha o Congresso	
		Médici e o aumento da repressão	Médici e o aumento da repressão	
			Prisões, torturas, assassinatos	
			Censura, "milagre econômico" e propaganda	
		Geisel e o início da abertura política	Geisel e o início da abertura política	
			Mortes no II Exército	
			O "Pacote de Abril"	
		Figueiredo: o último presente militar	Figueiredo: o último presente militar	
A campanha pela anistia				
Eleições com restrições				
Atividades	Discutindo o capítulo			
	Oficina da História			
	Nosso mundo hoje: O direito ao passado/ Prefeito derruba memorial da guerrilha			
	Fazendo a síntese			
	Textos e contextos: A geração de 68 chegou lá			
Capítulo 19	Brasil: A reconstrução democrática	O presidente volta ser um civil	O presidente volta ser um civil	4,1%
			A campanha das diretas para presidente	
		Sarney: muitos planos e poucos resultados	Sarney: muitos planos e poucos resultados	
		A Constituição de 1988	A Constituição de 1988	
		O governo Collor	O governo Collor	
			Mudanças na equipe econômica	
			"Fora, Collor"	
			O processo contra Collor	
		Itamar e o plano real	Itamar e o plano real	
		Atividades	Discutindo o capítulo	
Oficina da História				
Nosso mundo hoje				
Fazendo a síntese				
Textos e contextos: Para se defender				

Capítulo 20	Brasil: a democracia consolidada	O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)	O primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998)	3,8%
			Reformas e privatizações	
		Reeleição e crise	Reeleição e crise	
		Um projeto não concluído	Um projeto não concluído	
		Um ex-operário na Presidência da República	Um ex-operário na Presidência da República	
		O governo Lula	O governo Lula	
		Atividades	Discutindo o capítulo	
			Oficina da História: Presidentes do Brasil	
Fazendo a síntese				
Textos e contextos: O governo Fernando Henrique				
Capítulo 21	Brasil: A cultura dos anos 1960 aos dias atuais	Na música, uma rica diversidade	Na música, uma rica diversidade	3,1%
			A música de protesto	
			A Jovem Guarda	
			Os festivais	
			O Tropicalismo	
			O rock dos anos 1980	
		Os ritmos dos anos 1990		
		Literatura	Literatura	
		Teatro	Teatro	
		Cinema	Cinema	
		Atividades	Discutindo o capítulo	
Oficina da História				
Fazendo a síntese				
Textos e contextos: Os três caminhos da cultura				
Capítulo 22	Brasil: Terra e trabalho	Na agricultura, a prioridade é a exportação	Na agricultura, a prioridade é a exportação	5,9%
			Pecuária	
		De quem é a terra?	De quem é a terra?	
		A longa luta pela terra	A longa luta pela terra	
		As terras indígenas	As terras indígenas	
		A indústria ganha força	A indústria ganha força	
			A presença do capital estrangeiro	
		Desemprego e desigualdade	Desemprego e desigualdade	
		Trajectoria do movimento operário no Brasil	Trajectoria do movimento operário no Brasil	
		Condições de vida	Condições de vida	
		A situação das crianças	Onde moram os brasileiros?	
			A situação das crianças	
		Atividades	Discutindo o capítulo	
			Oficina da História: movimento migratório no Brasil	
Nosso mundo hoje: Tristes tribos dos indiozinhos famintos				
Fazendo a síntese				
Textos e contextos: Duas visões. Um mesmo país.				

Capítulo 23	O Brasil e suas relações comerciais com o exterior	O comércio e as relações internacionais	O comércio e as relações internacionais	3,4%
			O Brasil na Organização Mundial do Comércio	
		Mercosul	Mercosul	
		O Brasil e a globalização	O Brasil e a globalização	
			As privatizações	
		Mudanças do governo Lula	Mudanças do governo Lula	
			Discutindo o capítulo	
		Atividades	Oficina da História: O outro lado da globalização	
			Fazendo a síntese	
			Textos e contextos: Globalização para poucos amplia pobreza e revolta	
Total				45,4%

Figura 8. Quadro dos capítulos selecionados da obra de Nelson Piletti e Claudino Piletti, 2005. Fonte: autor, 2021.

Na obra de Piletti (2005) o primeiro indício dos sujeitos negros na construção da narrativa do livro é no capítulo três – “No Brasil, a primeira república”, na parte destinada as revoltas sociais, o evento da revolta da chibata, a figura de João Candido é retratada no episódio da revolta contra os castigos físicos sofridos pelos marinheiros, existe duas narrativas diferentes uma contando como ocorreu a revolta da chibata e outra contando a trajetória de vida de João Candido. Percebe-se a repetição de algumas narrativas, assim como ocorre nas duas obras de Gilberto Cotrim (2000 e 2006), com pequenas alterações como a inclusão de legendas explicativas nas fotos que antes não tinham, a exemplo a imagem citada na obra anterior que reaparece nessa versão sobre os camponeses que defendiam as terras na guerra do Contestado, conforme figura 11. A narrativa ressalta que os seguidores de José Maria, o líder religioso, antes usado o termo jagunços agora aparecem como camponeses pobres que almejavam terras para cultivo, justiça e paz longe das influências políticas dos coronéis.



Figura 9. Grupo de camponeses pobres a guerra do Contestado.
Fonte: Livro didático História & Vida Integrada, Piletti (2005), p.35.

No capítulo quatro, “a cultura na Primeira república”, o autor salienta o movimento artístico no Brasil, expressões advindas das esculturas, pinturas, as artes plásticas como um todo, com isso destaca a atuação dos artistas brasileiros entorno do que seria a arte produzida pelo Brasil primeiramente apoiada aos moldes europeus e no início do século XX incorporado a brasilidade na arte definida, conforme o autor a partir de três temas: a mulata, negros e indígenas. A partir dessas temáticas que os artistas brasileiros irão defender o modernismo de produzir arte autêntica de expressar os diferentes “brasis”. É uma abordagem por meio da arte que denuncia algum dos contextos sociais do Brasil durante a República, mais adiante, ainda no capítulo quatro a literatura também participa de tais denúncias.

Ao longo do texto o autor destaca a situação que a sociedade brasileira vivia com poucas mudanças mesmo com a Proclamação da República. Na literatura indica os principais autores que produzem obras literárias que contextualiza o Brasil entre o fim do século XIX e início do XX a partir de suas obras, saliento que dentre os escritores todos são branco, com exceção de Lima Barreto, mas Piletti aponta o autor como “mulato” Lima Barreto, fenômeno de silenciamento da cor e raça dos intelectuais negros, como ocorre com Joaquim Maria Machado de Assis (1882-1948), este último não é inserido na narrativa do livro didático. Sobre Lima Barreto o autor apresenta “dedicou-se a escrever romances sobre a população suburbana do Rio de Janeiro, revelando os preconceitos e a corrupção a que seus membros estavam sujeitos” (PILETTI, 2005, p. 45), ou seja, a negritude é presente em certa medida, mas com ressalvas, os produtores da cultura em maior parte são os artistas brancos, nos

poucos trechos sobre o negro não são devidamente apresentados, inseridos no plano secundário.

Outro indício de negritude presente na obra, aparece no trecho destinado a explicar a música popular brasileira representada pelo choro que alcança as elites brasileira e possui projeção internacional a partir de artistas como Heitor Villa-Lobos. Contudo, é citado brevemente o músico Donga e seu primeiro samba, gravado pela indústria fonográfica no Brasil “pelo telefone”, também o músico Pixinguinha que teve projeção internacional no ramo musical, mas o texto não deixa evidente que são músicos negros. Ainda sobre a produção musical o capítulo quatro apresenta o bloco “as imagens falam”, representando uma imagem com a escola de samba Velha Guarda da Portela utilizando os instrumentos que são inspirados pela cultura africana como o tamborim, pandeiro e reco-reco. Dentro do bloco algumas perguntas são lançadas aos alunos, dentre elas: “Quais foram as mudanças que a cultura africana imprimiu à música que se fazia no Brasil?”, e também, “Escreva uma carta a um estrangeiro que pretende vir ao Brasil, tentando explicar a ele qual o papel da cultura africana na construção da identidade cultural brasileira.” (PILETTI, 2005, p. 47). Nesse trecho o autor incentiva os alunos a refletir sobre a influência africana no Brasil, mesmo de que forma sucinta, porém, não dá ao aluno suporte no texto para que possa se inspirar sobre os elementos africanos na cultura brasileira. Questiona-se os alunos sem dar elementos para que esses possam consultar e compreender sobre a cultura africana.

Ao apresentar o assunto futebol no capítulo quatro o autor menciona a chegada do esporte no Brasil, um esporte que era elitizado e passou a se popularizar, na construção da narrativa o autor preocupa-se em pontuar a presença de operários negros e formação dos times, um esporte que possui uma origem elitizada na Inglaterra, no primeiro momento continua no mesmo formato no Brasil, mas aos poucos adentram as camadas populares e nesse momento são representados alguns discursos entorno do sujeito negro, o clubes futebolísticos que eram formados por sujeitos negros e muitas vezes mal visto pela sociedade brasileira, como aponta no trecho: “O Fluminense, no Rio, o São Paulo e o Palestra Itália, em São Paulo, rigorosos defensores do amadorismo elitista, acabaram submetendo-se ao profissionalismo, mas por muito tempo não aceitaram negros.”(PILETTI, 2005, p.49). O autor ainda retrata que o racismo não era, nesse período apenas uma característica dos clubes futebolísticos. Esse é o único momento em que o autor utiliza a palavra

racismo na obra, porém, não existe um glossário, nem texto, nenhum elemento que contribua para a continuação da construção ou desconstrução do que seria o racismo. Os capítulos que sucedem salientam o período Vargas 1930 até 1964, não apontam nenhum indicio da negritude, mesmo no capítulo reservado a cultura brasileira do período, não existe menção nem representatividade da negritude nos movimentos de produção artísticas ressaltadas pelo autor. Discorre sobre diversos nomes artísticos e políticos, nenhum deles são pessoas negras. Apesar de existirem artistas como: Maria Auxiliadora (1935-1974); Arthur Timótheo(1882-1922); Benedito José Tobias (1894-1963); e Benedito José de Andrade (1906-1979); esses não são incluídos na narrativa e também não representam o movimento da arte moderna brasileira, que resume-se a arte consumida pela classe média e elite brasileira, formada por indivíduos brancos.

No que se refere a questão da produção musical é pontuado o subgênero do samba, o samba-canção com compositores e músicos, alguns deles revelando a negritude como é o caso de Lupicínio Rodrigues (1914-1974) e Ataulfo Alves (1909-1969), os únicos representantes negro citados dentre os músicos, no texto são apontados como músicos de sucesso do gênero musical, sem nenhuma menção de música ou sobre suas vidas.

Ao longo da obra nota-se que sua estrutura pauta em primeiro salientar os eventos políticos centrados nos líderes e governos brasileiros, porém, também reserva capítulos sobre os eventos e nomes da cultura brasileira expondo não somente a perspectiva política, diferente da obra anterior e também da obra de Cotrim (2000 e 2006). Dessa forma, são nesses capítulos que são apresentados alguns dos elementos que ressaltam a negritude, os negros não aparecem nos movimentos políticos centrais, pois não tiveram espaço para isso, mas não quer dizer que não realizavam ações políticas no dia a dia. Contudo, sabe-se que existiam mobilização política de tais sujeitos, mas pela historiografia didática o sujeito negro teria contribuído somente no campo cultural da história brasileira republicana. Embora se deva considerar que nas obras anteriores não existiu espaço nem mesmo para estas narrativas.

Nesse sentido o capítulo 21, intitulado “Brasil: a cultura dos anos 1960 aos dias atuais”, o autor busca pontuar quais foram as produções culturais desse período indicando como parte integrante dessas produções a música de protesto, o tropicalismo, o rap, a literatura social e política em busca de igualdade racial. Na

música temos como representante da negritude Gilberto Gil no movimento do tropicalismo, também o autor aponta para os gêneros musicais que são atrelados a figura do negro como o rock de origem norte americana, influenciado pelo *Rhythm and Blues*, além do reggae gênero de origem caribenha e o funk, todos teriam raízes africanas e todas coincidem para o rap que está inserido no movimento social do hip-hop (break-dance, grafite, mestre de cerimônias e DJ). O rap possui artistas das periferias que realizam críticas a exclusão social e do negro na sociedade brasileira, vistos como a voz da favela, o autor aponta como representante desse gênero o rapper Sabotage.

Ainda outras manifestações culturais são discutidas, das quais o negro parece não estar presente ao menos como precursores, como a literatura e o teatro. Ao chegar no trecho reservado ao cinema existe duas produções que aponta para indícios da negritude, o filme *Cidade de Deus* (2002), de Fernando Meirelles e Kátia Lund, formado com elenco de jovens da periferia do Rio de Janeiro. Outra obra cinematográfica é o filme *Carandiru* de Hector Babenco de 2003, retratando a realidade carcerária e o massacre com os presos de 1992. O texto apresenta a produção dos filmes nacionais, contudo, somente esses dois títulos são destacados por representar os sujeitos negros dentro da realidade brasileira, o primeiro título a fim de mostrar a situação das favelas e o tráfico de drogas, enquanto o segundo representa a realidade social e repressiva dentro das prisões. A negritude se apresenta nesses trechos com o protagonismo de artistas negros tendo papéis principais na atuação. Uma crítica realizada a muito tempo pelos movimentos sociais negros, desde antes da criação do Teatro Experimental do Negro que criticavam as peças teatrais do início do século XX que utilizavam o *blackface* como forma de representar de forma preconceituosa o sujeito negro por pessoas brancas. Ao passo que na atualidade ainda existem críticas no sentido de inserir sujeitos negros em papéis caricatos ou de reforçar a posição social do negro, porém é uma discussão que não é aprofundada na obra didática, mas que nas edições anteriores nem mesmo existia menção de tais produções.

Apesar da aparição de sujeitos negros e indícios de sua negritude, o negro ainda é representado na marginalidade social, reforçando essas diferenças que estão impostas, conforme Silvio Almeida aponta, como uma questão estrutural e institucionalizada no que denomina-se racismo. Assim, nota-se que a escola, infelizmente, realiza parte dessa manutenção de estereótipos, via livros didáticos,

como percebido através das poucas abordagens raciais observadas. Há avanços no sentido de diminuir essas diferenças e outras formas de resistências configuradas na contemporaneidade, porém, nota-se que a sociedade dos anos 2000 estava apenas abrindo os olhos para essas questões cruciais, que são apontadas pelos movimentos negros desde do início do século XX.

Conclusão

Diante das narrativas expostas nas obras analisadas, percebe-se que a lei 10.639/03 proporcionou algumas poucas, mas importantes mudanças nas obras didáticas. São algumas poucas narrativas que introduzem o discurso das relações raciais no material didático, que incitam o debate dentro do ambiente escolar para que conexões críticas sejam realizadas, apesar de existir muitos passos a serem dados, é verificado a importância de analisar o livro didático dentro de seu contexto como ressalta Bittencourt (1993). Os livros didáticos dos anos 2000 analisados, possuem uma perspectiva historiografia da história política, enquanto que a história cultural pouco encontra-se nos manuais.

As narrativas construídas nos livros didáticos dos anos 2000, não são capazes de dar conta de representar as negritudes em sua plenitude, constrói-se uma narrativa que apesar de ressaltar algumas das realidades do sujeito negro periférico, que foi deixado a margem pela sociedade brasileira, sem reinserção de tais indivíduos desde o fim da escravidão, a obra não se preocupa em outras realidades. Nesse sentido, reflete como a sociedade naquela década contemplava os sujeitos negros, muitas vezes se detém em reproduzir aquilo que está preso ao estereótipo do negro que produz samba e vive em situações de pobreza na favela, sem levar em considerações as múltiplas potencialidades de mobilização das comunidades negras em todo território nacional ao longo da História brasileira.

É importante ressaltar que apesar de poucos indícios, existe algumas poucas e importantes mudanças das narrativas em relação as duas primeiras obras analisada (2000 e 2002) para as duas últimas (2005 e 2006) que estão dentro do período estipulado para implementação da lei 10.639/03, portanto, ela possui impacto na produção didática das obras analisadas e por isso a relevância da lei.

Como visto, o contexto de políticas públicas e regimentos educacionais impacta no modelo de ensino instaurado. E analisar os livros didáticos dos anos 2000 demonstrou que cada espaço ocupado, reflete na sociedade, como o caso da inclusão

de poucas narrativas dos sujeitos negros nas obras didáticas posterior a lei 10.639. Por outro lado, existe outras possíveis leituras a serem realizadas nas obras didática sobre a lente da história indígena e história das mulheres que certamente dá profundidade ao ensino de História e potencializa a relação de ensino-aprendizagem que no caso da História gera a consciência histórica e capacidade de reflexão sobre a sociedade a qual o aluno está inserido e também é sujeito. A História é plural e não apenas composta por figuras políticas centrais, e esse é um elemento que está bastante presente nos livros didáticos de História analisados, mas são abordagens que podem e devem ser ampliadas.

Por fim, percebe-se que a sociedade brasileira no que tange o ensino de História, sobretudo do Brasil, não se pautava por uma História que partia da história das minorias, mas ainda numa história política tradicional preocupada em apontar os principais feitos políticos, de governantes, de apontar os planos econômicos vistos pela ótica das classes sociais. A construção da narrativa de reconhecimento e valorização da história e cultura do Brasil, sobre a lente dos sujeitos negros africanos e posteriormente descendentes brasileiros, é necessária para que diminua o discurso de uma sociedade racista. Do contrário, o silenciamento da narrativa em livros didáticos apenas reforça a representação do sujeito negro que existiu no período colonial e imperial no sistema escravagista. Sendo importante romper com a associação histórica e racista de que o negro está intrinsecamente atrelado a escravo ou a mão de obra braçal.

A História política é crucial para o ensino de história, contudo, não somente a política estatal realizado por figuras centrais dos governos. Como visto houveram mobilizações dos movimentos negros ao longo do século XX no Brasil, organizados em prol de uma causa, seja na criação de jornais, associações e clubes e essa é uma história de atuação política que não é abordada nos livros didáticos, a própria atuação da lei 10.639/03 não é alheia as mobilizações políticas. À História também cabe o papel de ressaltar e instigar a vida cotidiana, para que possa qualificar e ao mesmo tempo instigar o processo do ensino-aprendizagem, de modo que consiga garantir que os alunos do ensino básico principal público alvo das obras didáticas, tenham perspectivas diferentes para que possam construir conexões plurais e críticas acerca da sociedade em que está inserido.

A busca por indícios do conceito de negritude nestas narrativas pode colaborar para que se compreenda como são mantidas as estruturas raciais da sociedade

brasileira. As noções em manter a sociedade ordeira, disciplinada que não é crítica e reflexiva, mas sim, que reproduz preconceitos presos as estruturas, não foram perdidas totalmente de vista, ainda paira essa herança histórica. Por outro lado, outras questões são levantadas no sentido de como são continuadas as narrativas nas produções didáticas de livro de História do Brasil na segunda década do século XXI? Outras alterações vão guiar o curso da produção didática, quais são as obras que surgem no PNLD 2017? Elas dão conta de contemplar narrativas inclusivas da negritude brasileira, da história das mulheres, das populações indígenas? Quais outros regimentos foram importantes para continuidade de aprimoramento da construção do saber histórico? São questionamentos que dão continuidade para novas pesquisas.

Fontes

COTRIM, Gilberto. **Saber e fazer história**. 8ª série. São Paulo: Saraiva, 2000.

COTRIM, Gilberto. **Saber e fazer história**. 8ª série. 4. Ed. Ver. São Paulo: Saraiva, 2005.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e vida integrada**. 8ª série. São Paulo: Ática, 2002.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e vida integrada**: livro para análise do professor. 8ª série. Nova ed. Reform. e atual. São Paulo: Ática, 2005.

Referências

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de; SANCHEZ, Livia. Os negros na legislação educacional e educação formal no Brasil. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 234-246, 2016.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019. 264p. (Feminismos Plurais/ coord. Djamila Ribeiro).

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BITTENCOURT, C. M. F. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar**. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo. 1993.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **Revista História da Educação**. ASPHE, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, jan./jun. 2002.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

FONSECA, Marcus Vinícius; BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (org.). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016. 442p.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 145-162, jan./jun. 2009.

MOREIRA, K. H., SILVA, M. **Um inventário: o livro didático de história em pesquisas – 1980 a 2005**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2011.

MOREIRA, Kênia Hilda. Livros didáticos como fonte de pesquisa: um mapeamento da produção acadêmica em História da educação. **Educação e Fronteiras On-line**, Dourados/MS, v.2, n.4, p. 129-142, jan./abril, 2012.

MUNAKATA, K. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. São Paulo, 1997. Tese (Doutorado) – PUC/São Paulo.1997.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. Ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020. 95p. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

NADAI, Elza. **O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História. São Paulo. 13 (25/26): set.1992/ago.1993.

VOGT, Olgário Paulo; BRUM, Meline de Barros. Escravidão e Negros em livros didáticos de História. **Revista Aedos**, Porto Alegre, v.8, n.18, p. 52-74, ago. 2016.